



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA LUÍSA DE SOUSA OLIVEIRA

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA:
superexploração, informalidade e transformações no mundo do trabalho.

Mariana - MG

2022

Maria Luísa de Sousa Oliveira

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA:
superexploração, informalidade e transformações no mundo do trabalho.**

Trabalho final para Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.

Mariana - MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48p Oliveira, Maria Luisa De Sousa.
Precarização do trabalho na atual conjuntura brasileira [manuscrito]:
superexploração, informalidade e transformações no mundo do trabalho..
/ Maria Luisa De Sousa Oliveira. - 2022.
87 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Direito do trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Trabalho - Análise. 4.
Trabalho - Aspectos sociais. I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 331.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Luísa de Sousa Oliveira

Precarização do trabalho na atual conjuntura brasileira: superexploração, informalidade e transformações no mundo do trabalho.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 20 de junho de 2022

Membros da banca

Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (UFOP)

Doutor - André Luiz Monteiro Mayer - (UFOP)

Doutor - Roberto Coelho do Carmo - (UFOP)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 22/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/06/2022, às 07:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0349209** e o código CRC **A7EA19C7**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que fizeram parte desse processo de graduação, a todos que passaram por meu caminho e me fizeram ser quem sou hoje. Em especial, a minha mãe, obrigada por ser você, por todas as renúncias feitas para que eu pudesse viver os meus sonhos. Obrigada por tudo e tanto, “te amo infinito”. Ao meu pai, que mesmo não estando presente fisicamente, se eternizou nos detalhes, temos muito de você em nós. Te sinto todos os dias e te amo para sempre. A minha irmã, Dani, obrigada por tudo que você fez e faz por mim, por ser minha melhor amiga e por, também, permitir e contribuir para que eu viva os meus sonhos. Ao meu sobrinho, Luiz Fernando, que por três anos me possibilitou sentir o maior afeto do mundo. A minha família materna, por todo apoio e acolhimento durante toda a minha vida, especialmente aos meus avós: ao meu avô, obrigada por ser sinônimo de amor e por (ainda hoje) ser refúgio, a minha avó, carinhosamente apelidada de Dôca, obrigada por ser meu exemplo de força e fé - suas rezas me alcançam diariamente - amo muito vocês. Agradeço aos meus amigos que, pacientemente, entenderam a minha ausência nesses quatro anos e meio. Agradeço, também, aos amigos que fiz durante a graduação e pretendo levar para além dela. Em especial, a Fernanda: obrigada por ter sido minha melhor companhia, sem você eu não conseguiria - ainda bem que a gente tem a gente. A família que escolhi, República Paróquia, obrigada meninas - Alessandra, Adriana, Elizabete, Camila, e Polyana - por no meu primeiro ano tornarem tudo mais fácil e acolhedor. Nos anos que se passaram, agradeço, novamente, quem permaneceu e se tornou parte de mim (AlêPiu, Camila e Poly), mas principalmente, quem esteve comigo durante todas as linhas deste trabalho: a Alice por ser a melhor pessoa que poderia encontrar na UFOP e por se tornar uma irmã, a Lala por ter sido a melhor amiga que pude ter nos últimos meses e por me entender e respeitar como ninguém, a Bela por todos momentos compartilhados (e pelo teclado rs.) e a Sthé por ter feito meu último período o mais feliz possível - sorte ter encontrado vocês. Agradeço à minha supervisora de campo de estágio, Glayce, pela compreensão e incentivo. Ao meu orientador e professor Rodrigo, obrigada por toda paciência, reflexões, trocas e por todo o desenvolvimento do estudo. E, por fim, dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que resistem cotidianamente a esse sistema societário feito para o adoecimento e a supressão da classe trabalhadora.

“O que transforma o velho no novo, bendito fruto do povo será. E a única forma que pode ser norma é nenhuma regra ter; é nunca fazer nada que o mestre mandar. Sempre desobedecer. Nunca reverenciar.”

- Belchior

RESUMO

O presente trabalho aborda as transformações no mundo do trabalho, a partir dos interesses do capital, por meio, das precarizações, da superexploração da força de trabalho e da informalidade - através da terceirização, da uberização, do teletrabalho, do *crowdsourcing* (trabalho amador) e do pensamento do empreendedorismo de si. Ademais, como se caracteriza a perda de direitos e proteção social e trabalhista, conjuntamente, com o desemprego de forma que o capitalismo se apropria e o utiliza estrategicamente para uma superacumulação em concordância dos governos brasileiros que se colocam a favor da ofensiva reacionária do capital. A pesquisa perpassa sobre os fundamentos e o desenvolvimento do trabalho de forma geral e na particularidade brasileira. Também, analisa a partir de artigos nas revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade*, por um panorama quali-quantitativo, a precarização no mundo do trabalho com periodicidade de, aproximadamente, dez anos (2012-2021), possuindo a intencionalidade de compreender como essa temática tem sido discutida no âmbito da categoria profissional e acadêmica. Portanto, observa-se que essas transformações implicam nas possibilidades empregatícias e, principalmente, nos direitos da classe trabalhadora que seguem ameaçados, sofrendo desmontes e (contra)reformas para favorecer a ordem societária vigente.

Palavras-chave: Precarização; Trabalho; Superexploração; Mundo do trabalho; Classe trabalhadora.

RESUMEN

El presente trabajo aborda las transformaciones en el mundo del trabajo, desde los intereses del capital, pasando por la precariedad, la sobreexplotación de la mano de obra y la informalidad – pasando por la tercerización, la uberización, el teletrabajo, el *crowdsourcing* (trabajo amateur) y el propio pensamiento del emprendimiento. Además, como se caracteriza la pérdida de derechos y protección social y laboral, junto con el desempleo de forma que el capitalismo se lo apropia y lo utiliza estratégicamente para una sobreacumulación de acuerdo con los gobiernos brasileños que están a favor de la ofensiva reaccionaria del capital. La investigación cubre los fundamentos y el desarrollo del trabajo en general y en la particularidad brasileña. También analiza, a partir de artículos en las revistas *Katálisis* y *Serviço Social e Sociedade*, a través de un panorama cualitativo-cuantitativo, la precariedad en el mundo del trabajo con una periodicidad de aproximadamente diez años (2012-2021), con la intención de comprender cómo esta tema ha sido discutido en el ámbito de la categoría profesional y académica. Por tanto, se observa que estas transformaciones implican en las posibilidades de empleo y, principalmente, en los derechos de la clase trabajadora que continúan amenazados, sufriendo desmantelamiento y (contra)reformas para favorecer el orden social actual.

Palabras llave: Trabajo; sobreexplotación; Mundo de trabajo; precariedad; Clase obrera.

LISTA DE SIGLAS

AI-5 - Ato Institucional nº5
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
JK - Juscelino Kubitschek
MT - Ministério do Trabalho
MTIC - Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
PMDB - do Movimento Democrático Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PIB - Produto Interno Bruto
PEC -Proposta de Emenda Constitucional
PL - Projeto de Lei
PLC - Projeto de Lei da Câmara
STF - Supremo Tribunal Federal
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
XIX - Número 19
XX - Número 20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - OS FUNDAMENTOS E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NO BRASIL	14
1.1- O TRABALHO COMO MODELO DA VIDA SOCIAL	14
1.2 - O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA E OS MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	16
1.3 - O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA COMO FUNDAMENTO PARA A INFORMALIDADE	24
1.4 - O TRABALHO NA PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	30
CAPÍTULO 2 – TRABALHO: ESTUDOS SOBRE PRECARIZAÇÃO, DESEMPREGO E INFORMALIDADE NOS ÚLTIMOS ANOS.	46
2.1 - OS GOVERNOS BRASILEIROS E OS DESMONTES NAS POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHISTAS	46
2.2 - O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO	58
2.3 – PANORAMA QUALI-QUANTITATIVO DOS ESTUDOS SOBRE O TRABALHO IDENTIFICADO NAS REVISTAS KATÁLYSIS E SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE.	74
2.3.1 - ARTIGOS NA REVISTA KATÁLYSIS	75
2.3.2 – ARTIGOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

É evidente na macroesfera social contemporânea as contradições do sistema capitalista - suas tendências e contratendências - dispostas por uma classe dominante que tem como objetivo garantir lucros excessivos sobre a classe trabalhadora, de forma que essa permanece constantemente sendo atacada transversalmente por precarizações e transformações no mundo do trabalho. Estas ofensivas seguem um projeto de manutenção e implementação da ordem social burguesa, de modo direto, e resultam na superexploração dos trabalhadores. Essas metamorfoses implicam nas possibilidades empregatícias e, principalmente, nos direitos da classe trabalhadora que seguem ameaçados, sofrendo desmontes e (contra)reformas para favorecer a ordem societária vigente.

A partir disso, este trabalho procura investigar e explicitar as consequências, apresentadas gradativamente, como vem acontecendo no Brasil e se apresenta de forma evidente, por meio de todos os governos que estiveram à frente do país. Além da naturalização sobre a superexploração e do não reconhecimento de classe, atendendo perfeitamente às expectativas da ordem burguesa. O estudo se faz necessário, na tentativa de elucidar as precarizações que, pouco a pouco e ao longo dos anos, estão extinguindo as relações formais de trabalho, direitos e proteção social e trabalhista, através da intensificação da superexploração, das precarizações e da informalidade.

O interesse pela temática acompanhou a minha trajetória durante o curso de graduação - a aproximação com o estudo partiu também do curso de extensão “Trabalhos e lutas sindicais no Brasil” e da monitoria da disciplina “Trabalho e sociabilidade”, em que fui bolsista - entendendo a configuração do trabalho enquanto precursora das relações sociais e das transformações no desenvolvimento social que ele propicia. Percebe-se o trabalho como elemento primordial para a composição das expressões da “questão social”, como objeto de trabalho dos assistentes sociais. Dessa forma, é essencial apreender como se dão essas metamorfoses para a compreensão do agravamento das desigualdades e como o desemprego e a informalidade engendram a superexploração da força de trabalho, concomitantemente, em que se dá a elevação dos altos lucros dos grandes capitais, compreendendo esse processo como uma estratégia da ofensiva reacionária do capital para uma superacumulação.

O estudo pretende sistematizar a discussão sobre o trabalho como modelo da vida social e analisar o processo de valorização capitalista e os mecanismos de exploração da força

de trabalho, entendendo o papel do exército industrial de reserva no processo de acumulação do capital, em suas expressões como o emprego, o subemprego e o desemprego. Também, observar o trabalho na particularidade da formação social brasileira, percorrendo sobre as formas contemporâneas de precarização do trabalho através dos governos brasileiros e investigar a produção acadêmica na área de Serviço Social, a partir dos artigos publicados nas Revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade*, entre os anos de 2012 até 2021, estudando essa produção em termos quali-quantitativos, fazendo reflexões a respeito dos conteúdos nessas revistas sobre as precarizações no mundo do trabalho em confluência com o referencial teórico aqui exposto.

Com isso, tenciona o interesse em como essas precarizações estão sistematizando as discussões dentro dessa temática, assim, o estudo tende a apreensão e pesquisa através de referenciais bibliográficos sobre o assunto. Logo, a pesquisa se dá por artigos de duas das principais revistas no serviço social: *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade*. O que suscita a escolha das revistas é a importância de ambas na produção de conhecimentos no âmbito da atividade profissional e teórica, dentro de um período de quase dez anos (2012-2021), buscando analisar os debates elaborados nesse tempo que demonstram as transformações no mundo do trabalho e as consequências para a classe trabalhadora.

O presente estudo se distribui em dois capítulos. O primeiro possui quatro subcapítulos e traz os fundamentos e o desenvolvimento do trabalho no Brasil, sendo que no primeiro subcapítulo se tem o trabalho como modelo da vida social; em seguida, o processo de valorização capitalista e os mecanismos de exploração da força de trabalho; já no terceiro apresenta como o exército industrial de reserva se torna essencial para a informalidade; e, por último, o trabalho na particularidade da formação social brasileira.

O segundo capítulo está dividido em três partes - sendo a última subdividido em outras duas, em que se têm as análises como método de pesquisa quali-quantitativo -, observando o trabalho e buscando compreender as considerações sobre as precarizações, o desemprego e a informalidade nos últimos anos. O primeiro item a ser estudado é como os governos brasileiros estão relacionados com os desmontes nas políticas sociais e trabalhistas, o segundo complementa o primeiro, a partir das precarizações e transformações no mundo do trabalho no país - trazendo alguns exemplos dessas precarizações como a terceirização, uberização, teletrabalho, *crowdsourcing* (trabalho amador) e a concepção do empreendedorismo de si -, e o terceiro finaliza com um panorama quali-quantitativo dos estudos sobre o trabalho em um

período de - aproximadamente - dez anos, identificados nas revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade* - a divisão dentro deste subcapítulo aborda as análises de cada revista (2.3.1 - Artigos na revista *Katálysis* e 2.3.2 - Artigos na revista *Serviço Social e Sociedade*).

A intencionalidade do estudo, em geral, consiste em analisar referenciais bibliográficos e a produção acadêmica na área do serviço social em artigos publicados em duas das principais revistas da área para que seja feito uma sistematização quali-quantitativa sobre o tema estudado. Em suma, discorre sobre a transformação no mundo do trabalho e suas implicações na vida do trabalhador, levando em consideração as novas formas de exploração, flexibilização, precarização e a eliminação/extinção dos direitos trabalhistas conquistados através de lutas e reivindicações dessa classe com, atualmente, 11,9 milhões de desempregados no Brasil, além de quase 39 milhões (segundo dados do IBGE) que exercem funções informais como única opção empregatícia, observa-se a degradação em curso que a classe trabalhadora está sujeita, tudo isso num período catastrófico devido às condições em que se encontra.

É importante ressaltar os desafios postos sobre o curto tempo que se deu o estudo, sendo necessário o recorte dentro da pesquisa - a partir da palavra chave *precarização* -, uma vez que, inicialmente, a intenção era analisar os artigos que debatiam todo o mundo do trabalho. Ademais, cita brevemente a pandemia do Covid-19 que, da mesma forma, não se pode aprofundar por falta de arcabouço teórico e por se tratar de um fato recente. Por fim, exposto às motivações e as referências que fundamentaram este trabalho, são levantadas as considerações das particularidades que regem a formação da classe trabalhadora brasileira e, por meio disso, incorporar as transformações em decorrência dos interesses da classe dominante em concordância com o Estado.

CAPÍTULO 1 - OS FUNDAMENTOS E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NO BRASIL

1.1 – O TRABALHO COMO MODELO DA VIDA SOCIAL

A caracterização do trabalho, em Karl Marx (2013), se dá pela relação homem e natureza. O autor diz que “[...] o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 326). A diferenciação do homem com qualquer outro animal se realiza em sua capacidade de idealizar e visualizar todo o processo da atividade humana, não produzindo instintivamente, mas racionalmente, ou seja, a vontade orientada a um fim e, por isso, o trabalho é atividade exclusiva do homem. Para George Lukács (1978, p.4):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal.

Em consequência, se tem o processo evolutivo do ser social ampliando a potencialidade através da apropriação de objetos e a dominação da natureza. É por meio da prévia ideação que se procura os meios para tal objetivação, o que Aristóteles colocou como pensar e produzir e que Lukács denomina de teleologia - pode ser compreendida como a racionalização do objeto, isto é, visualização prévia do produto - o que é resultante do pôr teleológico, ou seja, do trabalho que é necessariamente articulado/planejado, logo, a realização da teleologia. Como toda ação é planejada e busca uma objetivação, o trabalho começa a ter caráter necessário a partir do momento, em que se tem necessidade por coisas específicas como, por exemplo:

Onde a necessidade de vestir-se o obrigou, o homem costurou por milênios, e desde muito antes que houvesse qualquer alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas (MARX, 2013. p. 167).

Logo, esse processo tem a finalidade de satisfazer as vontades humanas, no qual foi se modificando e acaba ganhando outra perspectiva com o desenvolvimento social. Nos dias

atuais o trabalho virou a base das atividades econômicas que tem como objetivo a produção de mercadorias e a constituição do valor e da riqueza social. Ademais, trata-se de uma atividade que dá respostas para o que está posto e, conseqüentemente, as perguntas também. É através de escolhas que se chega - racionalmente - em uma idealização consciente, na qual, serve para direcionar a execução do processo de trabalho.

Os elementos simples do processo de trabalho se dão em três etapas, sendo: 1) a projeção do trabalho e sua finalidade - como supracitado; 2) o objeto a ser transformado - o objeto de trabalho que pode ser matéria-prima que passou por transformação mediada pelo trabalho ou outros objetos que não passaram; 3) os meios para objetivar tal atividade – que “[...] é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2013, p. 228), isto é, os instrumentos de trabalho. José Paulo Netto e Marcelo Braz (2012, p. 45) citam a problemática das escolhas dentro do processo, uma vez que se apresenta também o problema dos meios e dos fins, sendo que segundo eles:

[...] tanto o fim quanto os meios do trabalho põem ao sujeito exigências e impõem a ele condições que vão além das determinações naturais. Em primeiro lugar, o sujeito deve fazer escolhas entre alternativas concretas; tais escolhas não se devem a pulsões naturais, mas a avaliações que envolvem elementos (útil, inútil, bom, mau etc.) pertinentes à obtenção dos resultados do trabalho. Em segundo lugar, as objetivações em que se realiza o trabalho (seus produtos), tendo por matéria a natureza, enquanto efetividades, não se identificam com o sujeito: elas e o sujeito têm existência autônoma (o machado de pedra passa a ter uma existência independente do seu criador, o refúgio construído existe independentemente do seu construtor) - é assim, pois, que, no trabalho, surge primariamente a distinção e a relação entre sujeito (aquele que realiza a ação) e objeto (a matéria, o instrumento e/ou o produto do trabalho). Em terceiro lugar, a questão dos meios e dos fins do trabalho põe duas ordens de exigências interligadas, sem a solução das quais o trabalho é inviável o conhecimento sobre a natureza e a coordenação múltipla necessária ao sujeito.

Além disso, dizem ser necessário que o sujeito também deve “[...] transmitir a outrem essas representações” (NETTO e BRAZ, 2009. p. 45), ou seja, compartilhar e universalizar o conhecimento que possui para outros sujeitos. O trabalho é uma ação coletiva dentro da sociedade com várias formas de articulação para executá-lo, provocando o que conhecemos como social e, assim, engendrando também o ser social. O trabalho é o transformador/causador das relações sociais e da própria sociedade, ou seja, parte fundante das reproduções humanas, sendo que através dessas metamorfoses o homem transforma a si próprio.

Dessa forma, o trabalho como modelo da vida social é considerado a base da sociedade como conhecemos hoje, sendo essencial para a produção e reprodução da vida. No entanto, - como será apresentado nas próximas páginas - o desenvolvimento do trabalho e as suas relações produziram o sistema capitalista e a partir dele suas consequências no mundo do trabalho e na vida da classe trabalhadora.

1.2 - O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA E OS MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Foi observado, em suma, a constituição do ser social e suas determinações através do trabalho, sendo ação restrita dos homens e mulheres, e que a atividade é pensada e depois realizada, logo, é previamente idealizada para obter um resultado que satisfaça as necessidades humanas. Neste momento, é fundamental analisar o processo de valorização capitalista e os mecanismos de exploração da força de trabalho. Como supracitado, o trabalho passa por transformações históricas e se constitui na gênese das atividades econômicas capitalistas, produzindo mercadorias e constituindo valor e riqueza social.

Dessa forma, é necessário analisar a constituição do que se é mercadoria como produto do trabalho e como ela passa a ser o elemento principal para a configuração das relações sociais através do processo da troca, uma vez que tudo pode ser produzido como uma mercadoria, mas também é essencial contextualizar o modo de produção capitalista seus efeitos e consequências no mundo do trabalho. Dada a contextualização do capitalismo, é necessária a caracterização da mercadoria pelo processo do trabalho e o seu resultado em algo, ou seja, um produto.

O primeiro critério para uma mercadoria é que a mesma tenha um valor de uso. A segundo, se dá pela troca que é determinada pelo valor de cada mercadoria, sendo que Marx coloca que é a quantidade da força de trabalho ali materializado, logo é o tempo socialmente necessário para sua produção. Marx (2013, p. 161) explica que:

Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de

duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.

É válido explicitar que o tempo de trabalho despendido em uma mercadoria é aquele utilizado de forma padronizada, logo não significa que se duas pessoas produzirem o mesmo produto e uma demorar mais que outra, sua mercadoria vale mais. A grandeza de valor é determinada de forma estipulada pela força de trabalho e sua intensidade, se em média tal produto fica pronto, por exemplo, em 4 horas por um número específico de trabalhadores, logo, o valor se constitui em cima dessas 4 horas se apresentando como uma referência. Logo, “[...] tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013. p. 162).

Com as transformações no mundo do trabalho e a incorporação de capital constante¹, se têm uma diferenciação na determinação do valor. Marx (2013, p. 162) utiliza da máquina de tear como exemplo na Inglaterra e observa que se teve uma agilidade na produção:

Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior. Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor.

Assim, o valor de uma mercadoria pode ser mutável, uma vez que, as formas de produção se modificam com as transformações no âmbito do trabalho. Quanto mais mercadorias são produzidas em um determinado tempo por uma máquina, menor será a quantidade de trabalho vivo necessário, já que possivelmente não produzirá a mesma quantidade no mesmo tempo estimado para a produção, fazendo com que a força de trabalho seja desvalorizada.

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (MARX, 2013. p. 164).

¹ [...] o capital constante (matéria-prima, edifícios, máquinas, instrumentos). [...] O capital constante é chamado desse modo porque permanece constante no processo de produção capitalista. (MARX, 2017, p. 80)

Já sinalizado como se constitui valor nas mercadorias produzidas, é preciso entender a tipificação do valor, sendo valor de uso e valor de troca. Grosso modo, valor de uso é o que se tem em mercadorias que satisfaçam necessidades, ou seja, que se têm utilidade para algo ou alguém, isto é, valor social. É essencial que todo e qualquer produto seja trocado por valor igual a ele mesmo, não necessariamente em apenas quantidade, mas também em qualidade, ou seja, que sejam correlatos e úteis para as necessidades humanas, ademais, é com esse propósito que se determina como fazer essas trocas. Tem também o que Marx (2013, p. 164) definiu de valor de uso, mas sem ser valor, para ele: “Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc”.

Dessa forma, só se tem valor quando o produto é mediado através do trabalho, se tem utilidade para outra pessoa e vai ser mediado por meio de uma troca. Já no caso do valor de uso, este se define quando,

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [Bestimmtheit] quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [stoffliche Träger] do valor de troca. (MARX, 2013. p. 158).

O valor de troca é inicialmente determinado quantitativamente, é pela dimensão do valor que se faz tal mediação, a troca é feita pela quantidade x de uma coisa necessária por outra coisa que também é necessária. Por exemplo:

Certa mercadoria, 1 quarter de trigo, por exemplo, é trocada por x de graxa de sapatos ou por y de seda ou z de ouro etc., em suma, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez de um único. Mas sendo x de graxa de sapatos, assim como y de seda e z de ouro etc. o valor de troca de 1 quarter de trigo, então x de graxa de sapatos, y de seda e z de ouro etc. têm de ser valores de troca permutáveis entre si ou valores de troca de mesma grandeza (MARX, 2013, p. 158-159).

Portanto, o que importa na relação de troca é a grandeza de valor, é a utilidade que ambas as coisas possuem para a utilidade das necessidades humanas e sua quantidade compatível para se correlacionarem. Mas, a determinação do valor em si sempre virá do

trabalho, é o tempo que foi necessário para produzir um produto que determinará o valor de troca ali contido. Nas palavras de Marx (2013, p. 180), “[...] essa quantidade de mercadoria contém uma quantidade determinada de trabalho humano. A forma de valor tem, portanto, de expressar não só valor em geral, mas valor quantitativamente determinado, ou grandeza de valor”. Logo, se o produto não possuir nenhuma utilidade, também o trabalho despendido para fazê-lo será inútil, só se troca coisas que possuem utilidade, mas também aquela coisa que não se tem, melhor dizendo, não se troca uma coisa pela mesma coisa. Marx (2013, p. 166) coloca que “[...] um valor de uso não se troca pelo mesmo valor de uso”.

O trabalho é uma atividade projetada e materializada que busca satisfazer as necessidades básicas, mas na sociedade capitalista o trabalho deixa de ser algo que atenda somente as objetivações humanas para ser condição básica da acumulação de capital. O modo de produção capitalista é um sistema que tem como gênese uma crescente acumulação de capital visando a lucratividade, que tem como substância aquilo que Marx chamou de mais-valia². Porém, o acúmulo de capital não é um acúmulo inicial de dinheiro, é um processo que surge através de classes sociais distintas, os capitalistas (donos dos meios de produção, capital e propriedade privada) e o proletariado (classe trabalhadora) que está vendendo sua força de trabalho, e da expropriação que se perpetua e se reproduz até os dias atuais.

Tal expropriação é a base para a formação da própria classe trabalhadora, uma vez que a propriedade privada é o elemento central desse sistema societário vigente e desde o feudalismo tem-se a terra como principal fator para a exploração e reprodução da força de trabalho, além da sobrevivência dos que não a possuem. Logo, vender a força de trabalho é a saída inescapável para aqueles que não são proprietários dos meios de produção. Tende a se considerar o surgimento e o crescimento do capitalismo nas cidades pela intensa cultura ocidental, mas Ellen Wood (1998) afirma que nasceu no campo e teve origens agrárias. Ademais, não se trata do espaço físico da produção ser no campo, mas sim da relação de propriedade entre produtores e apropriadores de excedentes que se davam por meios extra-econômicos (a escravidão e o feudalismo são exemplos dessa expropriação excedente, ou seja, usar da força para apropriação).

² Mais-valia é constituída pela relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, que fornece a magnitude da taxa de mais-valia (m') que é, em decorrência, a taxa de exploração do trabalho pelo capital (NETTO; BRAZ, 2008).

Com o capitalismo comercial ou a sociedade pré-capitalista (passagem do feudalismo para o mercantilismo), é possível observar tal transformação, assim como a colonização de diversos países através da escravidão como, por exemplo, o Brasil, já que é sabido que se consolidou por meio da escravidão, marcando profundamente a política, a cultura e a economia brasileira. A particularidade do modo de produção capitalista neste território apresenta esses resquícios. A mão de obra escrava consolidou-se uma superexploração de indivíduos, além da concentração de muita riqueza na mão de poucos (como é exemplo de uma concentração de terras nas mãos de uma burguesia de senhores de engenho e dos grandes fazendeiros da época), engendrando no capitalismo tardio e, atualmente, no capitalismo dependente. Não se identificava em nenhum lugar do mundo o imperativo do mercado, a lógica mercantil era comprar barato, vender caro e sempre voltado para as classes dominantes.

É nesse contexto que se percebe a origem agrária do capitalismo, já que a expropriação está relacionada com a apropriação do excedente e com meios puramente econômicos, para o expropriado acessar os meios de produção e para sua subsistência é necessário trocar sua força de trabalho por um valor que é denominado de salário. De antemão, se tem a produtividade e competitividade instituída como fator preponderante para a produção no campo, substituindo a coerção como forma de incitação, assim, aqueles que não se adequaram juntavam-se aos sem-terra. A produtividade, inicialmente na Inglaterra, dos arrendatários e proprietários, onde se aluga a terra e contrata-se outros trabalhadores para tornar a terra produtiva serviu de modelo para outros países - principalmente nas colônias - onde se teve uma imposição do que foi chamado por Wood (1998, p. 19) como capitalismo agrário em que, “[...] na melhor hipótese, intensa auto-exploração e na pior, perda das terras para empresas maiores e mais produtivas”.

Dado o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, observa-se que outras sociedades precedentes já tinham formas de exploração de uma classe sobre a outra, e em todas as circunstâncias sempre os mais poderosos exploravam as classes dominadas. Como colocam Friedrich Engels e Karl Marx (2010):

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (p. 40)

Independente do contexto no desenvolvimento das relações humanas, a classe dominante - que possuía propriedades ou meios de produção - sempre esteve acima de uma classe que só possuía a força de trabalho para ser explorada e manter-se vivo. É através do seu trabalho que se tem o mínimo para comprar os meios sua própria reprodução dentro de um sistema que o suga constantemente em consequência de uma lucratividade e também uma perpetuação da própria ordem, uma vez que a classe dominante se mantém mais rica enquanto, proporcionalmente, a classe trabalhadora continua mais explorada.

Logo, o modo de produção capitalista está diretamente relacionado às formas de exploração dos trabalhadores, buscando sempre uma acumulação, a lucratividade e a concentração de riquezas, portanto, sempre buscando transformações nos processos de trabalho a favor dos seus interesses. No momento em que o capitalismo se firma como modelo da ordem societária é perceptível sua caracterização em relação aos processos de crises e sua forma de operar, na maioria das vezes, são crises de superprodução de mercadorias e/ou de superacumulação do capital. A partir disso, cria-se formas de administrar tais crises e de manter o modo cíclico do capital de se reproduzir, engendrando em várias fases desse modelo socioeconômico. O pós-guerra de 1945, por exemplo, teve um modelo de produção e reprodução estatal denominado de fordismo-keynesianismo³, no qual estabeleceu padrões de vida na sociedade - padrões sociais, de consumo e do controle de trabalho.

Com a produção em massa desses produtos, se têm também os trabalhadores como público-alvo para a compra de mercadorias, em contrapartida, a qualidade decai devido a

³ É a junção de ambos, sendo o Fordismo um novo modelo de vida social e de consumo com o intuito de padronizar e sistematizar as relações sociais pautadas em uma alta produtividade do trabalho e do consumo em massa. Já o Keynesianismo possui uma perspectiva estatal que rompe parcialmente com o liberalismo, já que não defende a socialização dos modos de produção, mas compreende a importância da intervenção estatal e desacredita na “mão invisível do mercado”, logo, o Estado deve interferir economicamente e socialmente quando necessário para evitar crises no sistema capitalista. Dessa forma, segundo Behring e Boschetti (2016, p. 85), “[...] o Estado - como um agente externo em nome do bem comum, o que supõe uma visão de Estado neutro e árbitro tem legitimidade para intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar a demanda efetiva, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, até mesmo contraindo déficit público, para controlar o volume de moeda disponível e as flutuações da economia. Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia”. A partir dessa combinação, “[...] constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar” (BEHERING e BOSCHETTI, 2016. p. 88).

necessidade de rotatividade para a produção em série. Ernest Mandel (1984, p. 275) define que:

[...] o capital é obrigado a reduzir o valor das mercadorias individuais por causa de sua expansão constante da produção de mercadorias enquanto tal, e de sua mecanização crescente, que exige produção em massa e venda dessas mercadorias. Por essa razão procura estimular necessidades de consumo sempre novas na população, inclusive na classe operária.

Esse modo de produção organizacional perdurou por cerca de 30 anos, engendrando um importante crescimento econômico para o capital. O Estado assumiu um outro papel nas regulações sociais, principalmente na economia, equilibrando com a categoria trabalho, já que tiveram mudanças no mundo do trabalho e, também, nas práticas de consumo. Porém, nos anos de 1960 e 1970 se teve um esgotamento desse modelo de produção, já que gerou mudanças e incertezas nesse espaço levando a uma situação crítica resultante de:

[...] 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do Welfare State ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ver Chesnais, 1996: 69 e 84) (ANTUNES, 2009, p. 31-32).

A partir desse ponto tem-se o esgotamento do Estado de bem-estar social que aconteceu dentro dos países de capitalismo central, deteriorando ainda mais a relação dos países subdesenvolvidos de capitalismo periférico - no qual nunca se teve o Estado de bem-estar social - ocasionando a crise estrutural do capital. Para se reestruturar em novas bases começou-se uma nova reorganização do capital, em que gerou também em um “[...] intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 33). É em finalidade da reorganização do capital que se evidencia o ataque à classe trabalhadora e aos países dependentes, ocasionando em uma desestruturação de ambos. Os países de

capitalismo não central são excluídos, pois não conseguem acompanhar as mudanças postas pelo sistema e, dessa forma, não conseguem se desenvolver plenamente e são eliminados do “[...] cenário industrial produtivo, derrotadas pela desigual concorrência mundial” (ANTUNES, 2009, p. 35).

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural (ANTUNES, 2009. p. 35).

Assim, é perceptível que tais modificações no mundo do trabalho acarretam consequências diretas na vida do trabalhador. E com a intensificação e implementação de tecnologias se tem a troca de trabalho vivo de homens e mulheres que passa a ser substituído por trabalho morto (máquinas) e, conseqüentemente, a classe trabalhadora aprofunda o processo de concorrência no mercado de trabalho, já que essas mudanças acarretam um desemprego da força de trabalho humana, o levando a aceitar as condições trabalhistas impostas. Ricardo Antunes (2009) demonstra que para que o capital possa se recuperar ele não mexe nas suas bases constitutivas, mas apenas em sua superficialidade, uma vez que o que de fato importa é a mais-valia. A reestruturação do padrão produtivo foi resgatar velhos mecanismos de acumulação, mas o atualizando, ou seja, utilizando agora de parte do padrão de produção taylorista-fordista ao constituir-se numa acumulação flexibilizada. Essa nova forma de produção,

[...] baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração (ANTUNES, 2009. p. 38).

Ou seja, cria-se a fragmentação do processo de trabalho, a divisão de tarefas entre os trabalhadores ocasionando um trabalho mais repetitivo e intensificado, já que cada um fica responsável por um processo levando a uma acentuada produção em um determinado período de tempo obrigatório para melhor aproveitamento e extração de mais-valia. Essa forma organizacional expandiu-se por todo o modo de produção capitalista, mas nos anos de 1960 a 1970 começou a dar indícios de enfraquecimento. Principalmente, quando começa a se ter

movimentações da classe trabalhadora que não está satisfeita com o capital, se organizando, causando greves e mobilizações contrárias às precarizações do trabalho.

O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do turnover, da busca da condição de trabalho não operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo “cuidado” especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário (ANTUNES, 2009. p. 44).

Porém, a consolidação do sistema capitalista ao longo da história, a falta de organização com outros segmentos dos movimentos sociais e, principalmente, as novas implementações das tecnologias fez com que a luta dos trabalhadores se dispersasse, uma vez que com as tecnologias se têm uma nova morfologia no mundo do trabalho, atacando diretamente a classe trabalhadora, através delas, ocorre um desemprego em massa ocasionando um recuo das mobilizações. Já que ataca também todos os direitos conquistados, mas vai além a partir do ponto que pode afetar a forma de reprodução da sua sobrevivência. Logo, “[...] foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo⁴, a qualidade total e outras técnicas de gestão” (ANTUNES, 2009. p. 47).

1.3 - O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA COMO FUNDAMENTO PARA A INFORMALIDADE

Já dito, o modo de produção capitalista é um sistema que possui como gênese uma crescente acumulação de capital que visa a lucratividade e tem como substância aquilo que Marx chamou de mais-valia. Ele tipifica a composição do capital como aspecto valor - sendo

⁴ O toyotismo é um contemporâneo modelo de acumulação capitalista que, segundo Yamamoto (2005, p. 31) consiste na: “[...] flexibilidade no processo de trabalho, em contra a partida à riqueza da linha de produção, da produção em massa em série uma flexibilidade do mercado de trabalho que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilização dos padrões de consumo. Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade entre as regiões, setores etc, além de mudar substancialmente as noções de espaço e tempo”.

o capital constante e o capital variável, que é a soma total dos salários - e aspecto da matéria - o processo de produção em capital dividido entre os meios de produção e a força viva de trabalho. Assim se dá a caracterização da composição valor e a composição técnica do capital, ou seja, a composição orgânica do capital. Este possui como principal característica a necessidade da utilização da força de trabalho vivo para sua manutenção e perpetuação, logo, a “[...] acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 837).

Isto posto, a produção de mais valor é a lei absoluta desse modo de produção, conseqüentemente, a expropriação da força de trabalho e a apropriação do excedente do trabalho cria a valorização do capital e a subordinação dos trabalhadores, já que o modo de produção capitalista está diretamente relacionado às formas de exploração dos trabalhadores, buscando sempre uma acumulação, a lucratividade e a concentração de riquezas. Em contrapartida maior também serão os índices de miséria, pobreza e desemprego, dado que o que agrega valor ao capital é a força de trabalho, concluindo que a acumulação de capital é exequível mediante a exploração da força de trabalho. Evidenciando, mais uma vez, que o capitalista se apodera da mais valia produzida pelo proletariado e o utiliza para investir em capital constante e capital variável, engendrando o crescimento sucessivo do ciclo produtivo.

Explicitado como se dá a essência do processo de acumulação de capital, é necessário enfatizar a ligação direta que esta possui com a amplificação dos trabalhadores, logo o crescimento de uma é proporcional com o aumento da outra. Necessário também recapitular o que é o salário, como já supracitado, o trabalhador troca sua força de trabalho por uma quantia de dinheiro que tem como objetivo prover apenas sua subsistência, ou seja, o salário paga pelo trabalho exercido, mas não por ele todo, produzindo o trabalho excedente e, conseqüentemente, a mais valia do capital. Assim:

A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como vimos, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador (MARX, 2013, p. 841).

Logo, para sobreviver, o trabalhador vende sua força de trabalho por um determinado valor e através dessa força, extrai-se um trabalho excedente para além do trabalho necessário. Com isso, o salário baixo serve como combustível para a classe

trabalhadora se manter ativa, portanto, serve também para a perpetuação do modo de produção capitalista, uma vez que é importante a manutenção da pobreza e subordinação dos trabalhadores para se ter uma preservação da riqueza. Para Marx (2013, p. 844):

[...] o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos.

Como sabido, sem a acumulação capitalista o modo de produção capitalista não existiria, portanto, esse sistema só tem como objetivo a lucratividade e a ampliação da mais valia, assim, sua intencionalidade é aumentar a produtividade do trabalho pelo menor custo possível, logo, “[...] capital é valor que busca valorizar-se” (BRAZ e NETTO, 2006, p. 125). E com as inovações tecnológicas se tem a substituição do capital variável pelo capital constante, ou seja, a troca da força de trabalho viva por máquinas que podem fazer o mesmo trabalho possibilitando uma ampliação da produção de mercadorias e, conseqüentemente, uma maior produtividade em menor tempo. Isto é, maior acumulação de capital e mais valor. Nas palavras de Marx (2013, p. 849):

“Devemos assinalar, no entanto, que todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre esse fundamento são, ao mesmo tempo, métodos para aumentar a produção de mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, forma o elemento constitutivo da acumulação. Portanto, tais métodos servem, ao mesmo tempo, para produzir capital mediante capital ou para sua acumulação acelerada. A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais valor.

Dessa forma, é estabelecido uma divisão e combinação do trabalho e uma luta concorrencial entre os donos dos meios de produção. A divisão e combinação do trabalho se dá prolongando a jornada de trabalho - visto que a produtividade tende a aumentar com a implementação de tecnologias -, intensificando o ritmo de produção e introduzindo inovações e, conseqüentemente, pressionando a redução dos salários. Já a luta concorrencial acontece entre os donos dos meios de produção, através da redução dos preços das mercadorias, uma vez que, o valor destas são determinados pelo tempo de produção, logo, aquele que produz mais produtos em menor tempo obtém vantagem sob os demais, ou seja, acontece um processo excludente entre os capitalistas. O maior se sobrepõe ao menor e este não consegue se manter devido à concorrência estabelecida.

O processo de acumulação estimula e, ao mesmo tempo, é estimulado por inovações tecnológicas, na medida em que estas permitem aos capitalistas a redução de custos; vimos rapidamente [...] que o capitalista recorre à inovação para responder à pressão dos trabalhadores; mas também sugerimos ali que a inovação é um recurso do capitalista na concorrência com os seus pares. Ora, aqueles capitalistas que mais acumulam encontram-se melhor posicionados para enfrentar a concorrência - por isso, a acumulação aparece tão conectada aos progressos tecnológicos e igualmente por isso se explica o extraordinário desenvolvimento das forças produtivas no MPC [Modo de Produção Capitalista]" (BRAZ e NETTO, 2006, p. 130).

Concomitantemente, ocorre a concentração e centralização de capitais, ou seja, os maiores engolem os médios e pequenos capitalistas, diante disso se tem uma concentração de poder nas mãos de poucos, como resultado, aumenta a população que só detém da sua força de trabalho para viver.

É concentração de capitais já constituídos, supressão [Aufhebung] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. [...] o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração (MARX, 2013, p. 853).

Essas transformações supracitadas no processo do modo de produção capitalista engendram consequências que afetam diretamente a classe que só possui a força de trabalho para vender, ou seja, a classe trabalhadora. Com o aumento na acumulação do capital têm-se também um crescimento proporcional de impactos para esta classe que se torna mais explorada e devido essas transformações se vê substituída por máquinas, como efeito, aumenta o número de trabalhadores desempregados. Marx (2013, p. 857) explica que:

Essa acumulação e centralização crescentes, por sua vez, convertem-se numa fonte de novas variações na composição do capital ou promovem a diminuição novamente acelerada de seu componente variável em comparação com o componente constante. [...] A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.

Esses trabalhadores são denominados por Marx como *exército industrial de reserva* ou *superpopulação relativa*, e estão postos - mesmo que não foram criados intencionalmente pelo sistema capitalista - como uma reserva de trabalhadores para o sistema favorecendo a acumulação capitalista.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em *alavanca da acumulação capitalista*, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence

ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 858 – grifos nossos).

Portanto, o capitalismo se aproveita dessa nova morfologia criando uma padronização de trabalhadores e os substituindo sempre que julgar necessário. Ademais, força a redução dos salários por ter uma demanda de trabalhadores desempregados e ocasiona uma concorrência dentro da classe trabalhadora aumentando sua lucratividade em torno do sobretrabalho e da submissão do proletariado, já que a superpopulação relativa pressiona o exército ativo. “A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda do trabalho” (MARX, 2013, p. 868).

Importante ressaltar que todo trabalhador integra a superpopulação relativa, mesmo que parcialmente ou completamente, depende apenas da condição em que se encontra em determinado momento. O exército industrial de reserva possui diferentes formas que foram definidas por Marx em três segmentos: a primeira é a flutuante, ou seja, empregados e desempregados que transitam nessa circunstância e normalmente se tem um padrão - jovens e homens -, o capitalismo consome a força de trabalho tão intensamente que os trabalhadores de idade mediana já não são tão solicitados para o processo produtivo ocasionando sua substituição por outros que encaixam no padrão estabelecido pelo sistema. A segunda trata-se da latente que, basicamente, são os trabalhadores rurais que migram para a cidade para melhores condições de vida, sendo que “[...] o trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário-mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo” (MARX, 2013, p. 873). Já a terceira é a estagnada, aqueles que não possuem emprego fixo e mudam de ocupação constantemente - uma ocupação totalmente irregular. Por conseguinte, concede ao capitalismo uma fonte interminável de força de trabalho que sempre estará à disposição.

Ademais, possui também outro segmento que beira ao pauperismo e pode ser considerado como a reserva da superpopulação relativa sendo estes os menos favorecidos ou os excluídos.

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os

degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 2013, p. 873).

Assim, o crescimento da acumulação capitalista é proporcional ao crescimento da pobreza, já que:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. [...] Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 875).

Em suma, com o aumento na acumulação do capital cresce também os impactos sofridos pela classe trabalhadora, que se torna mais explorada e estabelece condições para desenvolver o exército industrial de reserva, grupo de trabalhadores que estão desempregados por consequência do acúmulo de capital. Essa categoria surge inconscientemente e se torna condição fundamental para o modo de produção capitalista, essas pessoas expulsas do mercado de trabalho são úteis para o capital uma vez que pressionam mais os trabalhadores a oferecerem mais força de trabalho e aumentar a exploração.

Além de ser condição para regular os salários, e, também, produzem o pauperismo, um nível de escassez e miséria demasiada. Também, é válido enfatizar que são aplicados todos os meios para elevar a força produtiva do trabalho e isso por meio de precarização para o trabalhador, ou seja, o desenvolvimento da produção se transforma em métodos de dominação e exploração da classe trabalhadora, dessa forma, quanto maior for a acumulação também será maior o pauperismo.

Melhor explicitando e nas palavras de Marx (2013, p. 877): “Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. Fica claro que quem produz a riqueza é a classe trabalhadora e o que impulsiona sua atividade é a necessidade de sobreviver dentro de um sistema societário projetado para superexplorar, adoecer os trabalhadores e coagir em uma aceitação deplorável no mundo do trabalho.

Podem ser substituídos facilmente e em que tudo que está pré-estabelecido é envolto aos interesses da classe dominante. Outro ponto importante para destacar - e que será detalhado no próximo item - é a diferenciação entre as formas que acontecem o processo do capitalismo e, portanto, a forma que se dá o pauperismo, seja ele absoluto ou relativo. Segundo Braz e Netto (2006, p. 135):

A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

Foi percebido que a forma que o capitalismo se formou em diferentes países têm ligação com as diferenciações do pauperismo, logo, países de capitalismo desenvolvido apresentam, a partir dos anos 1980, um pauperismo relativo, já que leva em consideração as particularidades do desenvolvimento da classe trabalhadora e mutuamente ocorre nos países de capitalismo subdesenvolvido o pauperismo absoluto - não significa que isso é, necessariamente, uma regra dentro desse sistema.

1.4 - O TRABALHO NA PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para mencionar as formas que o capitalismo se estabelece é necessário considerar as particularidades dos países que possuem este sistema econômico e societário. Logo, os países imperialistas possuem um capitalismo central, ou seja, países em que a industrialização se configurou de forma mais persistente viabilizando um modo de produção que expande a acumulação, sendo essa sua fonte. Já nos países subdesenvolvidos - estes que foram colonizados e tinham como papel principal o de exportar matérias-primas -, temos o que chamamos de capitalismo dependente por não conseguirem acompanhar o processo de industrialização e se manterem como exportadores:

A fim de atender aos objetivos da política colonial, a colônia foi organizada para fornecer matérias-primas, principalmente produtos tropicais, para o mercado internacional. Um sistema rígido de monopólios e privilégios obrigava a colônia a exportar e importar os produtos através da metrópole (COSTA, 1999, p. 235).

Ademais, a forma como a classe trabalhadora se configura também se relaciona com a forma que o capitalismo foi estabelecido. Assim, é fundamental examinar a singularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil para entender a configuração e as particularidades do trabalho no país. E para contextualizar esse processo é de suma importância ressaltar a formação da sociedade brasileira, mas também da própria formação do país, desde sua colonização por Portugal e a forma que foi posto servindo como principal exportador de bens e matérias-primas sob a mão de obra escrava, na qual possuía uma significativa força de trabalho produtiva por se tratar de uma superexploração incessante.

Os colonizadores viram a oportunidade de uma infinita exploração beneficiando as Coroas (países com monarquias), já que tinham força de trabalho barata e altamente produtiva por se tratar de trabalhadores escravizados que recebiam coerções para aumentar a produtividade, além de possuir colônias ricas em minérios e minerais possibilitando o progresso na Europa através da exportação sustentando o desenvolvimento do setor manufatureiro. Dessa forma, os países europeus durante o crescimento e expansão na economia e consolidação do capitalismo, usufruíram de forma excessiva e cruel das colônias de modo que afetou diretamente a cultura, economia e política, ou seja, a dominação foi completa dizimando a população que já estava ali e até os dias atuais os países de capitalismo dependente possuem resquícios da colonização/invasão. Com a revolução industrial e a chegada do século XIX, o sistema colonial começou a se dissipar, já que:

[...] o desenvolvimento das novas formas de capitalismo e o avanço das ideias liberais, bem como o processo de emancipação política das colônias da América alteraram profundamente o esquema tradicional. Novas técnicas de domínio e exploração substituíram as antigas relações entre colônias e metrópoles. [...] Nos países em que se processou a Revolução Industrial os novos grupos ligados ao capitalismo industrial que passaram a influenciar a política condenaram a escravidão. A existência de uma grande massa de escravos nas regiões coloniais parecia-lhes um entrave à expansão de mercados e à modernização dos métodos de produção (COSTA, 1999, p. 272).

Portanto, a escravidão deixou de fazer sentido para o capitalismo, a partir do momento em que as relações mercantis adquiriram um novo formato. A necessidade naquele momento era a venda dos produtos que estavam sendo produzidos pelos países europeus em grande escala, com isso, necessitavam também de consumidores, ou seja, trabalhadores livres e remunerados para a manutenção desse modo de produção, já que o comércio torna-se mais interessante que a produção local. A política comercial - principalmente da Inglaterra -

impulsionou mercados capitalistas nas antigas colônias. Florestan Fernandes (1975, p.14) coloca que:

Os movimentos de emancipação iniciaram-se como uma oposição radical a esse padrão complexo de exploração. Eles eram dirigidos contra as Coroas, porque somente através da independência os agentes privilegiados da economia colonial poderiam atingir os requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica (mantidas as demais condições do sistema de produção colonial). O segundo fator, que teve uma influência decisiva na crise do antigo sistema colonial, foi a luta pelo controle econômico das colônias latino-americanas na Europa, especialmente entre a Holanda, a França e a Inglaterra. As mudanças nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Europa, ao término do século XVIII e no início do século XIX, contribuíram para a rápida desagregação das potências centrais e intermediárias, que detinham o controle externo do antigo sistema colonial.

E segundo Fernandes (1975), cria-se uma espécie de *neocolonialismo* por ainda existir uma dominação externa dos países europeus, principalmente, por não existir industrialização necessária para produzir bens/mercadorias, ou seja, engendra uma monopolização de mercados, além da classe dominante brasileira ainda possuir enorme intencionalidade de prosseguir com as exportações, sendo que assim a dominação externa é um fator exponencial e determinante para a configuração do capitalismo brasileiro.

Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do status quo ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das "classes exportadoras" (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (FERNANDES, 1975, p.15-16).

Logo, a classe dominante brasileira se adapta aos interesses dos países de capitalismo central, isto é, "[...] tais modificações se fazem necessárias, com a finalidade de que as sociedades dependentes se readaptem, no sentido de se capacitarem para satisfazer as demandas da nova etapa de expansão do capitalismo mundial" (BAMBIRRA, 2013, p. 61), o que favorece o crescimento econômico desses países e, principalmente, a expansão da acumulação de capital.

A decisão da classe dominante brasileira nessa conjuntura determinou toda a historicidade do capitalismo no país, visto que nunca houve um rompimento dessa economia exportadora brasileira. Vânia Bambirra (2013, p. 44 – grifos do autor), elucida que “[...] o “atraso” dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo

mundial e, ao mesmo tempo, a *condição* de desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais”.

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados (FERNANDES, 1975, p. 26).

A classe dominante no Brasil advém da oligarquia que possuía terras e utilizava-se delas para a agricultura e, principalmente, exportação. Mas, com a virada do século (século XX) o Brasil que tinha como principal economia a exportação, se vê pressionado a incorporar a industrialização por conta da guerra que acontecia na Europa.

[...] a partir do final do século XIX se realiza dentro do contexto de um sistema capitalista mundial, no qual esses países têm a função produtiva já definida como exportadores de produtos primários e, em cada um deles, o setor econômico fundamental e o setor exportador. Neste setor e naqueles que lhe são complementares se encontram as classes oligárquicas dominantes compostas pelos latifundiários, proprietários das minas, comerciantes e financistas, que controlam e manipulam o poder econômico e político da sociedade em função de seus interesses e através do aparelho estatal (BAMBIRRA, 2013, p. 76).

Dessa forma, necessitava dos bens de importação que foram cessados por conta da alteração no modo de produção dos países envolvidos na guerra.

[...] devido a conjunturas internacionais geradas pela guerra européia de 1914 a 1918, pela crise do capitalismo mundial que começa em 1929 e, posteriormente, pela Segunda Guerra Mundial, que começa em 1939 - gestam-se estímulos para a instalação de novas indústrias através da intensificação do processo de substituição de importações. Isso se deve também à demanda insatisfeita provocada pela restrição das importações, bem como à disponibilidade de divisas formada durante as duas guerras, que se acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias-primas latino-americanas para os países beligerantes (BAMBIRRA, 2013, p. 75).

Com esse processo de industrialização no Brasil, aparece uma outra burguesia que está associada a este processo e resulta do conjunto dessas transformações já citadas. Mesmo com possíveis interesses diferentes a oligarquia e a burguesia industrial se juntam por encontrarem um ponto em comum para se beneficiarem, isto é, o comércio. Impedindo uma possível revolução da própria burguesia - como aconteceu na França -, pois não houve de fato uma

ruptura com o passado criando-se um círculo vicioso e uma dependência com o setor de exportação, além da já citada submissão ao capitalismo central/internacional.

[...] a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro. [...] e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe (FERNANDES, 2005, p. 240).

Essa burguesia como um todo é considerada como uma burguesia atrasada e se têm o que Fernandes chamou de debilidade do poder burguês, já que se adapta aos interesses do capitalismo internacional e se compromete com tudo que lhe é vantajoso:

[...] e para ele era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do "atraso" quanto do "adiantamento" das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora (FERNANDES, 2005, p. 240-241).

Ademais, a burguesia se junta ao Estado e centraliza-se no âmbito político. Logo, o Estado não se torna burguês de fato, mas tende a manter o todo e, portanto, mantém o sistema vigente, ou seja, favorece o capitalismo que favorece o burguês. Essa burguesia, inicialmente, se demonstra com uma face revolucionária, mas quando pressionada a manifestar esse posicionamento mostrou-se completamente conservadora e opressiva. Elucidado como a burguesia se estabeleceu é de suma importância analisar como se deu as transformações em sua força de trabalho no país e a constituição da classe trabalhadora.

Relembrando que a princípio a força de trabalho se instaura através da escravidão, o escravo era tido como uma propriedade e tratado como uma mercadoria, sendo que não era considerado como um sujeito de direitos e estava submetido as vontades do seu dono/senhor. Logo, sua cultura, costumes, crenças e identidade deveriam ser apagadas para seguir uma domesticação eurocêntrica e a doutrinação por parte da Igreja. Essa forma de superexploração perdurou por cerca de três séculos, marcando profundamente a historicidade brasileira até hoje. Como já colocado, a economia brasileira girava em torno das exportações e necessitava dessa força de trabalho ilimitada por se tratar de um modo de produção braçal. Porém, com a industrialização na Europa o sistema colonial entrou em crise, já que a escravidão se apresenta como um sistema atrasado que poderia retardar a modernização.

Nos países em que se processou a Revolução Industrial os novos grupos ligados ao capitalismo industrial que passaram a influenciar a política condenaram a escravidão. A existência de uma grande massa de escravos nas regiões coloniais parecia-lhes um entrave à expansão de mercados e à modernização dos métodos de produção (COSTA, 1999, p. 272).

Assim, a escravidão estava sentenciada, mas o desaparecimento dessa força de trabalho manteve-se em muitos países, pois a mão-de-obra escrava era altamente lucrativa. Logo, “[...] a emancipação dos escravos dependerá principalmente do ritmo de transformação do sistema colonial de produção” (COSTA, 1999, p. 272), ou seja, essa transformação depende das circunstâncias políticas, sociais, culturais e ideológicas de cada país. O Brasil até se modificou politicamente, mas sua estrutura econômica se manteve, a oligarquia brasileira repudiava a industrialização por achar que o setor exportador era o mais lucrativo.

Permaneciam as culturas do tipo extensivo, os latifúndios, trabalho escravo, os métodos rotineiros, a ausência de mecanização, todo o quadro, enfim, da agricultura colonial. Economia de exportação, sujeita às oscilações do mercado internacional, assim fora, na época colonial, a produção do açúcar e continuará a ser, no país independente, a produção de café. Juridicamente, a nação estava livre. Novas perspectivas se abriam, mas as estruturas tradicionais persistiam inalteradas. Herdara-se uma economia: o latifúndio exportador e escravista, e uma tradição cultural: a mentalidade senhorial (COSTA, 1999, p. 273-274).

O Brasil só aboliu definitivamente o trabalho escravo por pressão do capitalismo internacional e da revolução industrial que o condenava. Com o fim da escravidão é importante ressaltar que os ex-escravos não tiveram nenhum tipo de ressocialização enquanto pessoas de direitos, muito pelo contrário, sofreram exclusão e um forte preconceito, já que os negros sempre foram considerados como uma raça inferior. “Não faltou quem afirmasse que o negro constituía uma espécie de sub-raça, muito mais próxima do macaco que do homem branco. Dizia-se que seu sangue, seus cérebros eram diferentes” (COSTA, 1999, p. 290).

Nessa conjuntura se fez necessário trabalhadores livres e brancos, já que os negros não eram considerados dignos de trabalho remunerado. “Os próprios negros constataram, quando tiveram que competir por empregos e posições no mercado de trabalho, sem o amparo de um patrão branco, que estavam submetidos à discriminação” (COSTA, 1999, p. 382). Dessa forma, a imigração aparece como uma alternativa ainda no período em que existia a mão de obra escrava devido à pressão dos países europeus que condenavam a escravidão.

A partir disso, o Brasil começa a estimular e financiar imigrações, mas por se tratar de uma força de trabalho em que deveria se ter mínimas condições dignas de trabalho, os imigrantes - chamados por Costa de colonos - foram considerados preguiçosos e, em

contrapartida, os imigrantes consideravam abusivo a lógica do trabalho e reivindicavam seus direitos. “Acostumados a dominar o escravo, os fazendeiros não sabiam como resolver os problemas que surgiam com o trabalho livre. Para eles, a solução se resumia em policiamento e repressão” (COSTA, 1999, p. 303).

Após a abolição, o país recorreu novamente a imigração e incentivou a entrada de imigrantes e, mais uma vez, por se tratar de trabalhadores que estiveram no cerne dos países desenvolvidos conseguiram perceber a verdadeira característica da classe dominante brasileira.

[...] foi exatamente percebida de início, em sua essência, significado e funções, pelos politizados operários vindos da Europa. Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra-ideologia [...] (FERNANDES, 1975, p. 248).

A classe dominante do Brasil - como já dito - possuía um caráter ultraconservador e, portanto, não estaria disposta a deixar as classes dominadas ameaçar sua hegemonia. Se antes a definição do inimigo comum eram os escravos, posteriormente modificou para o trabalhador assalariado, logo protegia-se de qualquer ameaça, assim mantinham uma imposição da burguesia aos trabalhadores. Ou seja, mesmo que a estrutura econômica e política brasileira tenha se modificado e acompanhado as transformações do capitalismo internacional, ainda existia a perpetuação da ordem dominante - continuação do passado como uma união do velho e do novo - que fazia tudo pelos próprios interesses.

É nesse ponto que a classe trabalhadora demonstra sua insatisfação, mas, por mais que os trabalhadores imigrantes fossem politizados, a luta da classe trabalhadora começa ainda na escravidão através de lutas, fugas e resistências com os escravos. Marcelo Badaró Matos (2009, p. 13) narra a história de um homem negro - João de Mattos - que discorre sobre um levante que participou ainda em 1876:

[...] foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio a qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. Esta foi preparada com a falsificação de cartas de alforria (documentos que diziam que seu portador havia sido libertado), que permitiram aos fugitivos encontrar trabalho como trabalhadores livres no interior do Estado.

Isso acontecia com frequência entre esses trabalhadores escravizados e, conseqüentemente, criaram uma organização que foi nomeada de “O Bloco de combate dos Empregados em Padarias”, que possuíam “sede, estatuto e um lema - Pelo pão e pela liberdade” (MATOS, 2009, p. 14). Apesar da organização do bloco, este era condicionado à

ilegalidade, pois não podiam “guerrear a propriedade privada” (MATOS, 2009, p. 14), por isso, se escondiam através de um curso de dança como disfarce. Dessa forma, é notório a resistência de uma classe condicionada ao trabalho, sendo fundamental para o processo de luta da classe trabalhadora desde o início da superexploração. Assim:

O processo de formação de uma classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas (independentes da vontade dos homens) que, desde o surgimento da propriedade privada (e do Estado), opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção (terras, ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, empresas) exploram os que nada possuem, por isso tendo de trabalhar para outros de forma a garantir sua sobrevivência. [...] pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e, no bojo desse conflito (a luta de classes), constroem uma consciência de classe (MATOS, 2009, p. 16).

Logo, é impossível não pensar na importância dos trabalhadores escravizados na formação da classe trabalhadora brasileira, visto que, ainda no século XIX já se organizavam enquanto uma classe que enfrentava as amarras de um sistema dominador e superexplorador. Já no processo da abolição, trabalhadores livres e escravizados viviam cotidianamente nos mesmos locais, então possuíam relações sociais advindas do mundo do trabalho e de outros espaços que compartilhavam. Logo, possuíam também os mesmos direcionamentos de luta, apoiando a abolição por completo,

Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organicamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação (MATOS, 2009, p. 21).

Ademais, dividiram também suas lutas e mobilizações servindo como exemplo entre eles. As associações para a organização dos trabalhadores foram parte dessas experiências compartilhadas, sendo que os trabalhadores escravizados não podiam se organizar enquanto classe, mas poderiam usar os grupos ligados à Igreja que estavam condicionados a participar pela catequização forçada, assim, usaram de disfarce para se reunirem e se organizarem. Os trabalhadores livres poderiam se juntar de forma organizada e com uma relativa liberdade, criando associações de ajuda mútua com objetivo de contribuir conjuntamente para uma poupança que poderiam auxiliá-los se precisassem e, ao contrário dos trabalhadores escravizados, não possuíam ligação com a Igreja. Ambos se organizavam da forma que conseguiram, com estatutos e associações de forma que se aproximasse com sindicatos e

associações trabalhistas, porém sofrem repressão do Estado e são proibidos de se reunirem por oferecer risco aos seus interesses.

Sem circunstanciar todo o processo histórico político brasileiro, pois a relevância é atentar sobre as particularidades do capitalismo dependente e como a classe dominante se estabelece de forma reacionária para perpetuação dos próprios interesses, também especificar alguns governos que determinaram os impactos na classe trabalhadora e no mundo do trabalho brasileiro. Assim, na primeira república aconteceram movimentações significativas por parte dos trabalhadores, já que possuíam péssimas condições de trabalho.

O que dizer então das primeiras fábricas, onde as péssimas condições de trabalho eram aguçadas pelas jornadas muito longas, pela violência dos encarregados, pelos constantes acidentes, pela exploração do trabalho de crianças e pelos abusos contra as operárias? Mulheres e crianças, aliás, formavam a maioria da mão-de-obra empregada nas fábricas de tecido, os maiores estabelecimentos industriais de então. Ganhavam menos e cumpriam a mesma jornada dos homens. A imprensa operária sempre trazia denúncias de superexploração, acidentes, doenças e violências no ambiente fabril. As que pareciam provocar maior sentimento de injustiça e indignação eram justamente relativas ao abuso contra mulheres e à violência contra crianças (MATOS, 2009, p. 41).

Fica explícito que os trabalhadores necessitavam de toda composição familiar para prover o sustento, já que “[...] trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal” (MATOS, 2009, p.43), assim, trabalha-se para apenas sobreviver e literalmente. A população não participava do âmbito político, pois existiam determinações para o voto que só a elite se encaixava e, dessa forma, não conseguiam ter voz ativa através do Estado. E a forma que tinham de se manifestar era através de manifestações para reivindicar seus direitos - essas manifestações não costumavam ser pacíficas e geralmente entravam em confronto com a polícia. A forma mais organizada de manifestação que se apresentavam era os sindicatos que “[...] embora não se constituíssem em instrumentos de intervenção no jogo político eleitoral, eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social. Nada mais eminentemente político que a prática sindical” (MATOS, 2009, p. 45).

Por mais que houvesse movimentação no âmbito político entre os operários para maior participação eleitoral e criação de leis sociais, a estrutura brasileira não deixava que essa movimentação fosse para a frente, não possuíam espaço para se organizarem e participarem do campo político, já que este era restrito à classe dominante e usavam da repressão para cessá-las. Ressaltando a importância dessa luta e da organização desses operários enquanto sindicato, mas também da criação das associações de ajuda mútua entre os trabalhadores, visto que foi extremamente necessário para amenização de vulnerabilidades

que os trabalhadores possuíam pelas péssimas condições de trabalho. A quantidade expressiva de greves que aconteceram no período de 1917-1920 também se deu pela oposição ao Estado e a classe dominante por movimentos que iam surgindo através de posicionamentos comunistas, socialistas e/ou anarquistas da época. Apesar de se ter tais organizações, muitas vezes, essas movimentações se assumiram como espontâneas e se transformam em pautas coletivas de toda classe. Nesse contexto a repressão se torna mais exorbitante tornando-se uma das principais funções policiais.

Entre as greves do período, a de 1917, em São Paulo, é considerada a mais importante. A partir de movimentos isolados de paralisação nas fábricas de tecidos, surgiram greves de solidariedade e grandes passeatas de protesto - em especial após o assassinato de um operário pelas forças policiais - que transformaram o movimento em greve geral, paralisando por alguns dias toda a cidade. Pressionadas pela força das manifestações, as autoridades viram-se obrigadas a negociar com os trabalhadores e uma comissão, composta principalmente por líderes operários que militavam na imprensa anarquista, é criada para sintetizar as reivindicações dos grevistas (MATOS, 2009, p. 55).

Com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), iniciou o processo de superação do atraso econômico e social no país, sendo que sua intenção era uma “[...] convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como inventor da legislação social” (MATOS, 2009, p.61). Vargas manteve o caráter repressivo do Estado, mas priorizou o setor industrial com uma política voltada para este setor, mas sem deixar de lado o âmbito da exportação. Se no começo do seu governo a exportação era mais rentável para a economia, depois da sua intervenção o setor industrial a dominou. Ademais, a relação com os trabalhadores e sindicatos é mais objetiva, estabeleceu leis trabalhistas como uma política social e:

Cabe observar que a legislação social é composta na realidade por quatro núcleos básicos de leis: a) a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadoria e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social - aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais, remunerados, pisos salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista (MATOS, 2009, p. 63).

Criou também o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), chamado de “Ministério da Revolução”. E através dele surgiu a maioria das leis trabalhistas, “[...] que foram depois reunidas e sistematizadas na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]” (MATOS, 2009, p. 63). Esse ministério também deveria explicitar o novo modelo de sindicato permitido - ou seja, “[...] servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais” (MATOS, 2009, p. 63).

Para Vargas era de fato colaboração das classes e para adesão desse novo modelo de sindicato era a correlação da concessão dos benefícios das leis trabalhistas forçando os trabalhadores a migrarem para outro sindicato para desfrutar das novas leis. Alguns sindicatos tentaram resistir (antagônicos ao capitalismo) e publicaram manifesto contrário ao sindicato que foi denominado pela Carta Sindical, sendo que ainda demonstraram o viés fascista dessas leis e a desconsideração do reconhecimento dos sindicatos e associações já existentes.

Com a resistência dos sindicatos provocando greves e mobilizações o governo de Vargas já insatisfeito, decretou uma Lei de Segurança Nacional:

[...] que instalou o Estado de exceção, ao criar mecanismos e tribunais especiais para os presos políticos. As lideranças mais combativas estavam entre os principais alvos dessa legislação e seu afastamento dos sindicatos, pela cassação de direitos, prisão, ou eliminação física, foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento (MATOS, 2009, p. 69).

Ainda com toda perseguição política houve resistência de alguns sindicatos. Outros, por outro lado, acataram a padronização sindicalista do Estado em troca de conquistas materiais. Com as transformações mundiais decorrentes da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro se coloca como um governo disposto a uma redemocratização. Nesse período coloca-se um governo alinhado com os trabalhadores através de um discurso político trabalhista, ou seja, “[...] a legislação social era apresentada como uma concessão aos trabalhadores de um Estado que teria se antecipado às pressões sociais. Os sindicatos também teriam sido criados pela clarividência do governante” (MATOS, 2009, p. 71).

A intenção era ignorar toda a luta da classe trabalhadora e fazer-se acreditar que se tratava de um consenso entre ambos. Através de propagandas e discursos, Vargas utilizou-se do trabalhador para sua política, assim, a valorização do trabalhador foi sua propaganda política, criando a concepção de que as leis trabalhistas se tratavam de “[...] 'doação' dos benefícios da legislação, reconhecendo a importância do trabalhador para a nação”. (MATOS,

2009, p. 75), assim com esse discurso Vargas foi reeleito em 1951. No governo de 1946-1951 de Eurico Gaspar Dutra, permaneceu-se o caráter autoritário e repressivo e, mesmo assim, a classe trabalhadora se organizou em greves e reivindicações de seus direitos - ocasionando greves que, por exemplo, paralisaram o setor financeiro de todo o país, como foi o caso dos bancários lutando por um piso salarial. Como supracitado, Vargas retorna após o governo Dutra e com um discurso voltado para a classe trabalhadora, assim, seu discurso era a promessa da continuação das leis trabalhistas, devido à época inflamada por greves e reivindicações dos trabalhadores o discurso de Vargas teria que ser mais contundente.

O discurso que levou à sua reeleição foi um, mas seu governo outro. A repressão contra os trabalhadores permaneceu e as greves também, além das reivindicações para melhoria das condições de salário e trabalho. Apesar de ceder em alguns aspectos às reivindicações dos trabalhadores, o último mandato de Vargas começa a ruir. No fim, nem mesmo o discurso inflamado a favor da classe trabalhadora lhe ajudaria contra seu próprio governo que o acusava de corrupção. Além disso, a oposição ao seu governo crescia e o descontentamento de forma geral também. Vargas então suicidou-se e, a partir disso, criou-se o mito de “pai dos pobres” que permanece até hoje. “Ainda assim, o gesto extremo do suicídio reverteria tanto a força da oposição - garantindo a eleição de Juscelino Kubistchek pelos mesmos PSD e PTB criados por Getúlio - quanto restauraria a aura de mito do “pai dos pobres” junto aos trabalhadores urbanos” (MATOS, 2009, p. 89).

Voltaremos aqui - brevemente - no processo de industrialização após a Segunda Guerra Mundial, como abertura para o capital estrangeiro e, conseqüentemente, nas especificidades das transformações no mundo do trabalho e da política no Brasil. Então como já dito, os países subdesenvolvidos só começaram a se desenvolver industrialmente por fatores externos, ou seja, fatores que forçaram a industrialização para consumo próprio e, principalmente, pela economia de exportação que sempre existiu no país. Como Ruy Mauro Marini (2011, p. 132) bem coloca, “[...] o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional”. Já nos meados do século XX e após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo estrangeiro ou o capitalismo estadunidense - os EUA se tornam a principal potência mundial após a guerra - se direciona ao investimento nos países dependentes e tem como finalidade:

a) O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começam a se desenvolver. b) A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações, etc. c) O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais. d) A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais, o que se reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes & política dos Estados Unidos para a América Latina, acompanhada também de uma integração no âmbito militar (BAMBIRRA, 2013, p. 126).

É com o governo de Juscelino Kubitschek (JK) que esse processo se evidencia, já que seu plano de governo se baseava em transformar o Brasil em um grande país industrializado. Seu lema de governo era “50 anos em 5”, ou seja, intensificar a industrialização brasileira para que o país alcançasse a industrialização dos países mais avançados, sendo que a intenção era a substituição das importações através de um plano desenvolvimentista. “O chamado ao capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico” (MATOS, 2009, p. 90). Nesse período não se fabricava automóveis e com a abertura do capital estrangeiro e a entrada de empresas internacionais houve uma produção em massa, além de uma expansão na contratação de trabalhadores.

Porém, as contradições desse modelo de desenvolvimento não tardariam a se fazer sentir. O salário mínimo, que nos primeiros anos do governo JK atingiria os mais altos patamares de sua história, chegava em queda em 1960, com valor próximo ao de 1954, e cairia ainda mais nos anos seguintes. A principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos investimentos públicos previstos pelo “Plano de Metas” do governo Juscelino (MATOS, 2009, p. 91).

Neste período registou-se também o crescimento da desigualdade social, engendrando uma elevação dos movimentos sindicais, visto que no governo de JK existia uma relativa liberdade democrática e, com isso, houve espaço para a ascensão da maior mobilização sindical no país. Matos (2009, p. 91) cita alguns indicadores para que isso acontecesse: “[...] crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais, são alguns exemplos”. Foi nesse cenário que houve luta para as seguintes reivindicações: décimo terceiro salário, autonomia sindical, direito de greve, férias de trinta dias, participação nos lucros das empresas, cumprimento da Lei Orgânica da Previdência

Social e salário família. Com a insatisfação da população brasileira e o fim do mandato de JK, Jânio Quadros assume o país com João Goulart de vice - conhecido também como Jango.

Quadros assumiu com um discurso moralizante e conservador, mas seu governo durou pouco devido à forte oposição no congresso e a não concordância com a política externa independente. Jango assume o governo, mas sua passagem também foi breve, sendo que este possuía uma boa relação com os trabalhadores em geral - nesse período a classe trabalhadora possuía uma participação cada vez mais expressiva - e seria o ponta pé inicial para um país mais democrático e uma significativa participação dos sindicatos/trabalhadores. Com uma forte pressão para as reformas de base, a oposição começa a se movimentar - desde a primeira república brasileira o Estado sempre se manteve a favor das classes dominantes -, logo, os trabalhadores criam “[...] estratégias de resistência a um movimento militar para a derrubada de Jango” (MATOS, 2009, p.99), mas intercorre-se o golpe militar de 1964.

A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental (MATOS, 2009, p. 101).

A ditadura militar brasileira durou vinte e um anos – de 1964 a 1985 -, e o que importa destacar desse regime é a censura, perseguição policial e restrição dos direitos políticos, ou seja, tudo que foi conquistado pela classe trabalhadora na historicidade brasileira foi extinguido por uma dura repressão do Estado. Ademais, essa articulação militar e pressão sobre os trabalhadores foi facilitada pelos “[...] instrumentos já estavam dados pela própria CLT, que facultava ao Ministério do Trabalho (MT) o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores” (MATOS, 2009, p. 101). Assim, com a cassação dos direitos políticos e a perseguição policial contra representantes sindicais, ocorreram prisões ou, em casos de fugas, exílio e/ou clandestinidade. Apesar de toda repressão, os trabalhadores seguiram resistentes e passaram por conflitos diretos com a polícia. Com a intensificação do autoritarismo os sindicatos e trabalhadores se viram completamente silenciados e os sindicatos deveriam assumir outra configuração:

A partir de 1970, o governo esforçou-se por revalorizar os sindicatos, mas apenas como órgãos integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social. Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as “conquistas” do regime militar. Os trabalhadores, porém, não se calaram. De forma muitas vezes clandestina, organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em

movimentos por empresa, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical (MATOS, 2009, p. 102).

Anteriormente a essa forte repressão, aconteceram duas mobilizações que levaram a essa intensificação autoritária. A primeira em Contagem - Minas Gerais, sendo repentina e espontânea, o que dificultou a coibição; já a segunda, em Osasco - São Paulo, houve repressão e bem intensa, o que iniciou, segundo Matos (2009, p. 108), “[...] uma nova fase de cassações e emparedamento da ação sindical”, com isso instalou-se o Ato Institucional nº5 (AI-5)⁵. Após o AI-5 instalou-se a fase mais repressiva e violenta da historicidade brasileira. Houve também o que os militares chamaram de “milagre econômico”, pelo expressivo aumento do crescimento econômico, que foi decorrente do endividamento externo, já que o Estado investiu em infraestrutura e contribuiu financeiramente para empresas privadas, e, principalmente, pelo arrocho salarial e superexploração dos trabalhadores. Logo, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres na mesma proporção.

Porém, com a crise econômica que se apresentava, foi organizado pelos militares uma retomada lenta para a redemocratização brasileira, sendo que algumas atitudes dentro do governo sinalizaram essa modificação - como, por exemplo, o fim do AI-5, reorganização partidária e anistia política no fim dos anos 1970. Através dessas atitudes a classe trabalhadora começou a se organizar por meio de movimentos sociais e greves. Já no início dos anos 1980, criou-se partidos representando os trabalhadores, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores (PT). As movimentações ganharam expressividade com a campanha das eleições diretas, denominadas de Diretas Já!

Embora não estourasse com data marcada, nem tivesse sido convocadas pelos sindicatos, a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta do trabalho e foi porta-voz dos operários nas diversas empresas (MATOS, 2009, p. 119).

Nesse período ocorreram inúmeras greves com milhões de trabalhadores, já que passavam por uma crise econômica e desemprego, logo os trabalhadores acabaram:

Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, essas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos

⁵ O AI-5 trata-se de um decreto que “[...] fechou temporariamente o Congresso Nacional, cassou mandatos, instituiu a censura prévia à imprensa e cassou direitos civis. Com o AI-5 e o endurecimento do regime militar nos anos seguintes, os governos ditatoriais passaram a dispensar aos sindicatos não só o rigor da repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação sindical.” (MATOS, 2009, p. 108).

dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa (MATOS, 2009, p. 121).

Em 1989, aconteceu uma greve geral que mobilizou por dois dias vinte milhões de trabalhadores, sendo até então a maior da história brasileira. O motivo principal de tal paralisação foi o reajuste salarial, já que a inflação decorrente do endividamento do país através da ditadura corroía todo o salário. Assim, os trabalhadores e suas lutas através de movimentos fundamentam o debate político da época. Com a chegada dos anos 1990 percebe-se que a classe trabalhadora passaria por mais desafios, as transformações no mundo do trabalho se expressavam de forma mais contundente através das modificações do modo de produção capitalista e a reestruturação produtiva.

Ou seja, precarização das condições de trabalho através do capital internacional, implementação de novos maquinários mais tecnológicos que substitui a força de trabalho vivo, mudanças no modo de produção para maior produtividade, exigências na formação e qualificação dos trabalhadores. “Em decorrência das novas formas de contratação, em especial as causadas pela terceirização, pelas alterações no nível de qualificação e, principalmente, pelo desemprego dito estrutural, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram consideráveis” (MATOS, 2009, p. 127).

É importante considerar as imposições do capitalismo, visto que é necessário a interatividade entre o capital constante e o capital variável, conseqüentemente, o aumento da precarização, ou seja, a acumulação de capital necessita da superexploração dos trabalhadores. Todas essas transformações políticas engendraram na formação política brasileira, mas também formaram um caráter da classe trabalhadora no país. No próximo item analisaremos a política da ofensiva reacionária do capital que se entranhou no país, precarizando ainda mais as condições de trabalho no Brasil por meio de desmontes de direitos sociais conquistados através de muita luta da classe trabalhadora, sendo que “[...] com a chegada aos governos de dirigentes identificados com os projetos neoliberais, que se encarregaram de executar a privatização de empresas públicas, diminuíram a participação do Estado na regulação do mercado e cortaram direitos de seguridade” (MATOS, 2009, p. 128).

CAPÍTULO 2 – TRABALHO: ESTUDOS SOBRE PRECARIZAÇÃO, DESEMPREGO E INFORMALIDADE NOS ÚLTIMOS ANOS.

2.1 - OS GOVERNOS BRASILEIROS E OS DESMONTES NAS POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Importante perpassar brevemente pelos governos neoliberais que sempre estiveram à frente do Brasil, com a finalidade de compreensão de como fenômeno das transformações no mundo do trabalho se tornou mecanismo de superexploração da força de trabalho brasileira e têm se deteriorado cada vez mais através dos projetos neoliberais que todos estes governos tiveram em comum - mesmo que alguns tivessem o que Ricardo Antunes (2018) colocou como um “social-liberalismo”, e se apresentasse como favoráveis à classe trabalhadora com governos de conciliação entre as distintas classes.

Isto posto, em 1989 chegou ao governo do país Fernando Collor de Melo, vencendo as eleições através do seu discurso contra a corrupção superando Luís Inácio Lula da Silva em uma eleição bem disputada. Sua primeira decisão foi o congelamento dos salários, sendo que “[...] o novo presidente deixou bem claro que os trabalhadores continuariam a pagar a conta” (MATOS, 2009, p. 129). Em seguida, com seu projeto neoliberal, implementou medidas que afetaram diretamente a classe trabalhadora, demitindo funcionários públicos, privatizando estatais e abrindo o mercado brasileiro para as importações. No governo Collor, o Brasil adentrou de fato no processo de reestruturação produtiva do capital e, de acordo com Ricardo Antunes (2018, p. 208):

A forte pressão interna e externa exigida pelos capitais, visando o deslanche da reestruturação produtiva, a financeirização ainda maior da economia, a livre circulação dos capitais, a privatização do setor produtivo estatal, a flexibilização da legislação trabalhista, em suma, a pressão para uma nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho que se desenvolvia sob a hegemonia neoliberal começava a afetar mais intensamente o país.

Após dois anos de governo houve denúncias de corrupção, acarretando em uma das maiores manifestações no país que levou milhões de trabalhadores e estudantes às ruas sob o grito de “Fora Collor”, o que ocasionou o *impeachment* deste presidente, fazendo com que seu vice, Itamar Franco, assumisse brevemente o cargo de presidente da república.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso (FHC) ganhou as eleições impulsionado pelo resultado de seu plano econômico conhecido como “Plano Real”⁶, implementado meses antes enquanto ocupava o cargo de Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco. Por outro lado, com juros progressivamente mais altos devido à entrada de capitais estrangeiros e a fim de impedir a fuga desses capitais, houve um estouro das dívidas externas. Mas, com o apoio das forças políticas conservadoras, FHC conseguiu aprovar uma emenda constitucional, na qual permitiu sua reeleição, assim conseguiu dar continuidade ao que Collor começou:

[...] privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do “Estado mínimo”); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista (MATOS, 2009, p. 131).

Com essas determinações a classe trabalhadora foi brutalmente atingida, através das transformações no mundo do trabalho, em que “[...] desregulamentação, flexibilização, privatização e desindustrialização se tornaram dominantes, sendo que a informalidade, a terceirização, o subemprego e o desemprego aberto atingiram altos níveis, gerando uma plethora de distintas modalidades de trabalho precarizado e informal” (ANTUNES, 2018, p. 209). Com isso, apresenta-se a relação e colaboração entre o capital e o trabalho, na qual explicita o objetivo das políticas neoliberais, sendo o encolhimento dos direitos dos trabalhadores conquistados através de lutas para uma expansão da superexploração do trabalho, ocasionando a insegurança dos trabalhadores através da instabilidade empregatícia provocada pelo sistema.

Ademais, os sindicatos sofreram grandes impactos e consequências, uma vez que a concepção da organização da classe trabalhadora e a articulação de lutas por direitos vai ao contrário dos princípios das políticas neoliberais. Assim, é necessário o governo adentrar os sindicatos de forma que consiga ressignificar as suas atribuições, basicamente, torná-los menos combativos e mais parceiros dos patrões, logo, a negociação é o principal instrumento para fechar acordos sem o caráter de lutas e, talvez, não atendendo de fato as particularidades dos trabalhadores e suas reais necessidades.

⁶ “Baseado na paridade da moeda nacional em relação ao dólar e ancorado numa política de juros absurdamente altos, o Plano Real possibilitou em seus primeiros momentos uma interrupção na queda do poder aquisitivo dos setores pior remunerados da classe trabalhadora, graças ao relativo controle da inflação. O acesso dos trabalhadores, por meio dos crediários, a bens de consumo duráveis, mercado do qual estavam apartados no período inflacionário, foi um apelo político suficientemente forte para garantir apoio popular aos primeiros anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso” (MATOS, 2009, p. 130).

No Brasil a liberdade sindical está condicionada a um controle estatal, no qual se baseia em acordos empresariais, “[...] invertendo o princípio básico de um regime de liberdade de organização, em que a representatividade dos sindicatos depende do número de filiados e de sua capacidade de mobilização” (MATOS, 2009, p. 135).

Em 2002, com o descontentamento da classe trabalhadora com o Estado, Luís Inácio Lula da Silva ganhou as eleições presidenciais. Lula surge como um personagem decisivo, visto que foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e, também, uma voz importante durante as manifestações contra a ditadura militar. Apesar de ser uma figura representativa e tencionar ser um candidato que emerge de dentro de um sindicato e representante da classe trabalhadora, Lula só consegue se eleger por articular com os partidos conservadores e discursar a favor da continuidade das políticas neoliberais.

Isso se dá devido um acordo de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impunha que quem se candidatasse ao governo federal deveria se submeter a estes setores financeiros internacionais e dar continuidade às políticas dos governos FHC. Assim sendo, o PT - partido de Lula - divulgou uma declaração (“Carta aos Brasileiros”) que se submetia às classes dominantes. Portanto, a perspectiva do governo Lula romper com a ofensiva reacionária do capital e direcionar para outra via desvaneceu-se, visto que foi pela mesma direção e permaneceu com a mesma lógica de subsunção ao capital, ademais, tomou medidas que afetou diretamente e negativamente a classe trabalhadora, ao mesmo tempo, que beneficiava a classe dominante e o capital.

Sua política econômica preservava a hegemonia dos capitais financeiros, reiterando as determinações do FMI. E mais: ao preservar a estrutura fundiária concentrada, dar incentivo aos fundos privados de pensão e determinar a cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, o governo Lula não alterava nenhum traço essencial da formação social brasileira. Isso significou uma ruptura com parcelas importantes do sindicalismo dos trabalhadores públicos, que passaram a lhe fazer forte oposição, especialmente nesse primeiro mandato (ANTUNES, 2018, p. 248).

A diferenciação entre o governo FHC e de Lula se deu pela ampliação dos programas de transferência de renda, sendo que o Fome Zero tratou-se da ampliação do Programa Bolsa Escola, o que posteriormente se transformou no Bolsa Família, atingindo uma parcela maior comparado ao outro governo, e, também, com a criação de empregos - apesar da baixa remuneração. Foi nessa conjuntura e com o aumento desse programa social que Lula conseguiu se reeleger em 2006. Seu governo conciliou os interesses da classe dominante e ofereceu o mínimo para a classe social mais fragilizada e, com isso, fortaleceu sua base de

apoio no segundo mandato. Com essa política assistencialista, conseguiu amenizar necessidades dessa classe mais pauperizada.

Desse modo, seu governo fechou as duas pontas da tragédia social no Brasil: remunerou de forma exemplar as diversas frações do capital (em especial o financeiro, mas também o industrial e aquele vinculado ao agronegócio) e, no extremo oposto da pirâmide social, em que encontramos os setores mais “desorganizados” e “empobrecidos” da população brasileira – que dependem do Estado para sobreviver –, implementou uma política social assistencialista, associada a uma pequena valorização do salário mínimo. É decisivo acrescentar, contudo, que tais medidas não confrontaram nenhum dos pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira, na qual a riqueza também continuou se ampliando significativamente (ANTUNES, 2018, p. 250).

Lula estabeleceu de fato o que nenhum outro presidente fez, um programa social que atendeu uma massa de trabalhadores pauperizados, no qual o assistencialismo suprimiu - mesmo que basicamente - as necessidades dessa classe social. E contrariamente, proporcionou altos lucros ao capital financeiro e produtivo. Conseguiu, dessa forma, manter sua popularidade com as distintas classes sociais, “Lula se tornou expressão de um governo excepcionalmente favorável a elas, uma vez que conseguiu articular *interlocução com os pobres, vivência das benesses do poder e garantia de boa vida dos grandes capitais*” (ANTUNES, 2018, p. 251 - *grifos do autor*). Assim,

Converteu-se em um partido que sonha, enfim, “humanizar o capitalismo”, combinando, quando no poder central, uma política de parcerias com o grande capital – evidenciando um traço privatizante que procurou esconder de todo modo – e de incentivo amplo à transnacionalização dúplice do Brasil (de fora para dentro e vice-versa), fazendo uso também da força do Estado para incentivar seu desenvolvimento e expansão e buscando minorar, por meio de políticas sociais, o pauperismo existente. O governo Lula, que poderia ter iniciado o desmonte efetivo do neoliberalismo no Brasil, acabou se tornando, a princípio, seu prisioneiro e, depois, seu lépido agente, ainda que sob a forma do social-liberalismo, incapaz de principiar a desestruturação dos pilares da dominação burguesa. O desmoronamento do projeto de governo do PT era questão de tempo (ANTUNES, 2018, p. 252).

Com uma relativa popularidade e sem poder continuar à frente da presidência, Lula apoiou a candidatura de Dilma Rousseff em 2010. A primeira mulher presidente do Brasil conservou a política “social-liberal” e possuía corroboração de grande parte da classe dominante.

Deu continuidade ao crescimento econômico - destacando o crescimento do mercado interno -, a expansão das exportações voltadas ao agronegócio, redução de impostos para os grandes capitais como, por exemplo, construção civil e indústria, preservando tal política financeira e mantendo juros altos para continuar detendo a aprovação dos grandes capitais. Concomitante, sucedeu uma crise econômica internacional, atingindo também o Brasil e “[...]”

começou a cindir a base social burguesa que até então dava apoio aos governos Lula e Dilma, do PT e de seus partidos aliados, e que praticamente comandava o pacto policlassista desenhado pelo PT no governo” (ANTUNES, 2018, p.257-258).

Além disso, em 2013 e 2014 emergiram denúncias de escândalos de corrupção envolvendo o PT, seus aliados e outros partidos, principalmente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse período conjugaram-se à crise econômica, denúncias de corrupção, o descontentamento da população e a ofensiva da extrema-direita. O país aceitou sediar a copa do mundo transferindo recursos públicos para o evento, eclodindo uma grande insatisfação e, como efeito, grandes manifestações e greves emergiram no país inteiro.

Manifestações que surgem no governo Dilma, mas que já estavam desenhadas desde as primeiras medidas neoliberais implementadas por outros governos, ou seja, o desgaste provocado desde 1990, afetando a classe trabalhadora exteriorizou-se engendrando um grande “mal-estar social”. Assim, tais fatores também direcionaram para as críticas somente ao PT, e não eram vistas como parte do movimento do capital e consequências de governos anteriores.

O protesto reuniu diversos setores da população, isto é, “[...] as manifestações de junho de 2013 foram singulares” (ANTUNES, 2018, p. 260), que levou às ruas membros de todas as classes sociais com diferentes posições políticas, entre elas: a esquerda, a direita, fascistas - defendendo a ditadura militar -, jovens trabalhadores, partidos políticos, movimentos sociais, etc, culpabilizando o PT. Importante salientar que essas manifestações se dão também pelo desemprego baixo, mas pelos salários reduzidos, assim, emergem diversas greves tencionando o aumento salarial. Com isso,

A expansão dessas greves para as empresas privadas e nos setores de serviços demonstra o quanto à precarização crescente pressionou a exigência de mais mobilização, expressando uma situação da qual estes setores partem para lutas mais radicalizadas com a finalidade de se reaver parte da riqueza expropriada. É sintomática a expressividade das greves neste período, que só puderam ser realizadas em suas reivindicações de defesas das condições existentes ou de proposições de reajustes salariais, dentre outros benefícios, porque a oferta da mercadoria *sui generis*, força de trabalho, era reduzida, pressionando os trabalhadores para o enfrentamento com um oponente com capacidade reduzida de promover demissões em massa e uso do exército industrial de reserva (RIBEIRO, 2022, p. 172).

Ademais, a esquerda tinha plena consciência da traição do PT com a classe que supostamente deveria defender e a direita conservadora fantasiou o partido como comunista/esquerdista para defender ainda mais o conservadorismo e um projeto considerado por alguns como “ultraneoliberal”.

Nessa conjuntura de alta turbulência, com um descontentamento tão heterogêneo e socialmente diferenciado, começava a desmoronar o mito lulista do país onde tudo parecia dar certo. Ao mesmo tempo que adentrávamos em um ciclo de descontentamentos, levantes, rebeliões, greves, situados em um espectro mais à esquerda, começavam também a despontar manifestações de claro perfil conservador, explicitamente à direita. Enfim, desenvolvia-se no Brasil algo que não se via desde a ditadura civil-militar: dois polos claramente distintos e opostos, em aberta confrontação, com o governo Dilma no meio do furacão. Tudo isso foi empurrando o PT e seu governo para uma crise que ele jamais imaginou que um dia pudesse vivenciar (ANTUNES, 2018, p. 260).

Dilma se reelege em 2014 encobrendo a grave situação que o seu governo já apresentava. Na campanha ela declarou que não atacaria os direitos dos trabalhadores e que não executaria o “ajuste fiscal” que a classe dominante impunha a todos os candidatos à presidência. Porém, não manteve seu compromisso e logo após ganhar as eleições instituiu o ajuste fiscal que foi avassalador para a classe trabalhadora, estabeleceu exatamente o que prometeu não estabelecer, em outras palavras, “[...] reduziu conquistas trabalhistas, como seguro-desemprego; aumentou os juros bancários; indicou um ministério de perfil conservador e começou a urdir um programa de “ajuste fiscal” profundamente recessivo” (ANTUNES, 2018, p. 261).

Conseqüentemente, essa decisão afetou sua base social e política que levou seu governo para uma crise que se comparava com o governo Collor. Entre suas determinações observa-se uma expansão das privatizações - portos, estradas, aeroportos etc -, elevação da taxa de juros, incentivo ao agronegócio e, em decorrência disso, fragilização ainda maior de seu governo em relação à classe trabalhadora. Os objetivos do governo Dilma eram conter a crise econômica que se aprofundava juntamente com a crise mundial, tentando atender às determinações dos grandes capitais. Mas, com esse aprofundamento da crise como um todo, a classe dominante, que antes apoiava os governos Lula e Dilma, obviamente abandonou o governo e também priorizou os seus interesses, sendo que disputaram “[...] entre si quem arcaria menos com o ônus da crise, uma vez que, *para além de penalizar agudamente a classe trabalhadora*, os lucros se reduzem em um contexto de crise, acentuando a disputa intraburguesa em torno de quem vai perder menos” (ANTUNES, 2018, p. 261 - *grifos do autor*).

Com todos esses elementos afetando diretamente o governo Dilma, houve também a explosão da operação Lava Jato⁷, operação que teve como objetivo atingir a corrupção somente nos governos do PT.

Se é verdade cristalina que a corrupção sempre ocorreu no Brasil – pois sempre foi o modus operandi da direita no poder e no trato dos recursos públicos, a serviço dos interesses de grupos, facções e classes dominantes –, agora se tratava de uma corrupção implementada por um partido que nascera, em 1980, como uma nova esperança da esquerda para incontáveis militantes, em tantas partes do país, do continente e do mundo. De partido crítico dessa pragmática, o PT dominante se tornou parte constitutiva dela (ANTUNES, 2018, p. 262).

Os elementos supracitados foram o estopim para o governo Dilma ser destituído. Todos esses elementos foram necessários para desestruturar as alianças com a base partidária que acompanharam e apoiaram os governos PT desde o primeiro mandato do ex-presidente Lula.

O PMDB, principal aliado do PT, também foi apontado nas corrupções, porém, houve uma articulação de Eduardo Cunha - presidente da Câmara dos Deputados e principal associado do PMDB dentro do parlamento⁸ - para separar os partidos e culpabilizar apenas o PT, sendo que sua intenção agora era desvincular os partidos e colocar-se como oposição ao governo Dilma. Assim, Antunes (2018, p. 263) apresenta alguns fatores que foram determinantes para o *impeachment* de Dilma:

1) ampliação da crise econômica internacional e de seus efeitos no Brasil; 2) vitória difícilíssima nas eleições em que o candidato de centro-direita fortaleceu-se muito, aumentando seus votos até mesmo em bases tradicionais do PT; 3) intensificação da crise política decorrente das denúncias de corrupção envolvendo parte da cúpula política do PT, o que levou José Dirceu e João Vaccari ao cárcere em 2015; 4) descontrole político e desestabilização do arco de alianças que davam sustentação ao governo Dilma; 5) descontentamento, revolta e rebelião popular contra as medidas de “ajuste fiscal” que penalizavam os trabalhadores; 6) repercussões da crise política no PT e em sua relação por vezes tensa com o governo Dilma, além de fissuras crescentes também nas relações entre Lula e Dilma, criador e criatura.

Portanto, a direita conservadora direcionou os fracassos do projeto neoliberal iniciado nos governos anteriores e mantidos pelos governos PT, em uma utopia que culpabiliza um partido que surge como representante da esquerda, mas que se transfigura em um partido

⁷ “A Operação Lava Jato teve papel decisivo na descoberta dos polos de corrupção dentro da Petrobras e atingiu em cheio os governos do PT. [...] é imperioso assinalar que se evidenciou, desde o início, sua volúpia em atingir o PT e os partidos aliados a ele, enquanto o PSDB passava muito distante das investigações do núcleo de juizes de Curitiba” (ANTUNES, 2018, p. 272).

⁸ “[...] Político arquiconservador, fortemente ligado a grupos religiosos neopentecostais, de longa data atuando nas sombras dos orçamentos públicos, acusado de envolvimento escusos desde o governo Collor, entrou no olho do furacão da Operação Lava Jato” (ANTUNES, 2018, p. 262).

subordinado aos grandes capitais, conseqüentemente, contrário aos interesses emancipatórios da classe trabalhadora. O conservadorismo se apropria desse imaginário e o utiliza para precarizar ainda mais a classe trabalhadora com discursos ultraneoliberais e viés fascista. Mesmo com alguns partidos esquerdistas se posicionando contrariamente ao PT, e aqui é preciso enfatizar um posicionamento falho por não conseguir se organizar e se unificar com as minorias, movimentos sociais, trabalhadores, sindicatos, etc., com a falta de articulação esquerdista e, contrariamente, a movimentação da direita propiciou uma grande e perigosa massa que aceita e abraça o viés fascista e, fielmente, criminaliza partidos esquerdistas/comunistas, com apoio da grande mídia que contribui com esse discurso e apoia os interesses dos grandes capitais.

O governo Dilma que, distante de uma plataforma da esquerda combativa, permaneceu lutando pela continuidade no poder, favorecendo em grande parte a classe dominante, foi incapaz de propiciar a ela a continuidade de sua dominação econômica, tornando-se indispensável. Dilma começa a perder o controle do seu governo quando não consegue reverter os juros altos do ajuste fiscal recessivo - implementado por um dos maiores representantes dos bancos no país, Joaquim Levy - afetando o grande capital. Antunes (2018, p. 265) identifica que “[...] a dissensão aumentou na medida em que os empresários viram seus lucros se reduzirem significativamente frente a um PIB que encolhia. Ao mesmo tempo, viram suas dívidas alavancadas pelo crescimento expressivo dos juros”. Nesse contexto e com a troca de ministros no Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa busca implementar

[...] com “urgência” as “reformas” da previdência e da legislação trabalhista. Nem uma palavra sobre tributação das fortunas e dos grandes capitais, nem uma palavra contrária à proposta de terceirização total (presente no PL 4.330, posteriormente denominado PLC 30), nada sobre a ampliação da legislação social protetora do trabalho. Conseqüentemente, esgarça-se ainda mais o apoio militante dos movimentos sociais, sindicais e políticos que atuam sob a órbita do PT. Por outro lado, é perceptível que está sendo urdido um golpe parlamentar de direita, o que os faz agir com relativa cautela (ANTUNES, 2018, p. 266).

Os grandes capitais já planejavam um golpe, mas não poderiam fazê-lo escancaradamente, já que seria capaz de gerar um aumento da crise social, por isso, foi necessário ter um motivo - aparentemente, como no caso de Dilma - real para protocolar um *impeachment*. Os empresários tinham entendimento que sem o apoio da população - em sua grande maioria - e sem um motivo que parecesse real e revoltoso não conseguiriam firmar o golpe, muito pelo contrário, poderiam gerar uma revolta social e não seria capaz de retomar

os altos lucros. Com o descontentamento entre todas as classes sociais e sem apoio, o governo já desfalecia.

Não é difícil constatar que a crise é de alta densidade: social, porque o descontentamento permeia todas as classes e frações de classe, ainda que de modo diferenciado e frequentemente antagônico; política, porque abriu uma fissura (que parece irreversível) na base partidária de apoio ao governo, sendo que vários partidos e grupamentos políticos que havia pouco tempo apoiavam o governo agora estão em campanha aberta pelo impeachment; e institucional, porque inseriu setores do Parlamento brasileiro em franca oposição ao governo, com riscos de confrontação também entre Legislativo e Executivo, com consequências diretas junto ao Judiciário, visto que o STF está sendo frequentemente chamado a dar interpretação legal aos desmandos do Parlamento sob o comando de uma presidência da Câmara golpista. [...] Se tudo isso não bastasse, a crise tem uma forte matriz econômica, que vem intensificando o desemprego, rebaixando fortemente os salários e criando um clima de incerteza que a retroalimenta (ANTUNES, 2018, p. 268).

Embora Dilma executasse todas as vontades e exigências dos setores dominantes, a crise foi determinante para exigir um governo neoliberal legítimo, pois não bastaria um governo que - minimamente - conciliasse os interesses da classe trabalhadora com os dos grandes capitais, lembrando que os governos do PT - desde o Lula - em todo tempo subordinou-se a classe dominante, preservando uma face de conciliação, diferenciando-se dos governos anteriores por projetos de melhorias parciais - e nunca modificando os fatores estruturantes que provocavam a pobreza - como, por exemplo, o Bolsa família.

Por consequência, a classe dominante descartou o governo Dilma e tudo que ele fez pelos seus interesses, justamente por ele não mais atender suas absurdas necessidades, assim usaram todos os artifícios para conseguir a retomada da expansão burguesa. Segundo Antunes (2018, p. 291), “[...] vale recordar que a dominação burguesa no Brasil sempre se revezou entre a *conciliação pelo alto* e o *golpe*, seja ele militar, civil ou parlamentar”. Logo, a atual burguesia utiliza o *impeachment* como uma medida legal, mas de forma ilegal,

Assim, na concretude da política brasileira, o impeachment em curso está sendo exercido como uma variante de golpe branco. Com a enorme corrosão de suas bases sociais de sustentação, a presidente reeleita em 2014 tem assistido ao desenvolvimento de um golpe parlamentar e judicial, uma vez que setores do Judiciário vêm implementando uma legislação de exceção para poder dar respaldo jurídico ao golpe. Esse, por sua vez, é ancorado e impulsionado pela mídia privada, poderosíssima e sem nenhum escrúpulo em apoiar um Parlamento que é o mais desprezado da história republicana do Brasil. Isso não significa, é imperioso reiterar, que se deva ser condescendente ou conivente com os governos petistas em suas práticas desmesuradas de corrupção político-eleitoral – também sem esquecer que tais práticas são recorrentes na história republicana brasileira de mais de um século, para não falar dos períodos colonial e imperial, sob domínio português, quando a corrupção já era pragmática frequente na vida política do país. Mas um golpe, em

suas múltiplas e distintas modalidades, é sempre um ato que tem a marca da ilegalidade e da exceção (ANTUNES, 2018, p. 291).

Conclui-se então que com a chegada da crise no país, a classe dominante determina que a classe trabalhadora se responsabilize por todos os custos provenientes da crise. O governo Dilma o fez por cortes no seguro-desemprego, porém com a piora da crise a burguesia disputou entre si quais setores perderia menos, postergando até o *impeachment*, já que os governos PT não correspondiam mais aos seus interesses. Dessa forma, não poderia esperar os anos se passarem até às próximas eleições, deveria haver outro jeito, logo sua alternativa foi “[...] forjar uma alternativa *extraeleitoral*” (ANTUNES, 2018, p. 292 - *grifos do autor*), mesmo com o governo obedecendo às suas exigências, não era mais necessário um governo que superficialmente se colocasse a favor da classe trabalhadora, era essencial um governo puro da classe dominante e que não se importasse de aparentar e ser de fato um, principalmente, em momentos de crise.

O então vice-presidente do governo, Michel Temer, do PMDB - o mesmo partido de Eduardo Cunha que articulou e viabilizou o golpe - que já abandonara o governo Dilma e conspirava contra o governo explicitamente, assumiu o cargo de presidente após o *impeachment* pelas supostas pedaladas fiscais⁹. Antunes (2018, p. 298 – *grifos do autor*), reafirmou que “[...] tudo isso para que o governo *golpista* siga à risca a pauta que lhe foi imposta, uma vez que os capitalistas *exigem*, nesse momento de profunda crise, que se realize a demolição *completa* dos direitos do trabalho no Brasil”. Importante colocar como o neoliberalismo se fortaleceu e ainda se mantém como principal sistema econômico no mundo.

Seus fracassos não são vistos como um problema pelo que de fato é, mas pela falta de intensidade no próprio sistema, engendrando sempre em uma intensificação da precarização do trabalho como solução para que dê certo. São inúmeras as medidas contra a classe trabalhadora e a favor dos grandes capitais, sendo que o intuito é a superexploração para suprir as necessidades do capital, sem ter que se responsabilizar pelo trabalhador, isto é, quanto maior a irregularidade e informalidade do trabalho, menor é a sua responsabilidade

⁹ O termo *pedaladas fiscais* foi popularizado pela oposição para justificar que Dilma Rousseff havia cometido improbidade administrativa, o que justificaria seu afastamento do cargo. Elas são manobras fiscais que consistem no atraso de pagamentos a bancos públicos, não informado de maneira clara, para que se maquie as contas públicas, ou seja, se informe ao Congresso Nacional que a situação está melhor do que de fato está. Com isso, o Governo acaba por pagar juros a mais, o que causa impacto no Orçamento (EL PAÍS. **Dilma não 'pedalou', mas autorizou decretos sem aval do Congresso, diz perícia.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html. Acesso em: 24 abr. 2022).

sobre o trabalhador como sujeito de direitos. Assim, Michel Temer serviu perfeitamente como representante de um governo legítimo neoliberal, ou melhor, ultraneoliberal.

De acordo com Antunes (2018), com Temer, esse sistema econômico ficou mais agressivo e intenso. “Sua principal finalidade: privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil” (ANTUNES, 2018, p. 298-299). Sua covardia foi tanta que tentou resgatar a forma mais cruel que já assolou o país, através da amenização das restrições que proibem o trabalho escravo no Brasil.

No seu conhecido documento inspirador, “Uma ponte para o futuro”, cujo abismo social resultante não para de se intensificar, está estampada a tripode destrutiva a ser implementada nos trópicos: privatizar o que ainda não o foi (destacando-se o pré-sal como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em um período em que a classe trabalhadora tem apontados uma espada no coração e um punhal nas costas, pelo flagelo do desemprego que não para de crescer; e, por fim, implementar a flexibilização total das relações de trabalho, primeiro com a aprovação da terceirização total (conforme consta do PLC 30/2015) e depois com a chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) [...] (ANTUNES, 2018, p. 299).

O novo representante do ultraneoliberalismo seguiu seu plano de terceirizar absolutamente tudo, tendo como uma das justificativas a criação de empregos. Porém, como é sabido, a terceirização é uma ferramenta de extrema precarização, visto que através dela ocorrem extensas jornadas de trabalho com custos reduzidos e possuem piores condições na regulamentação do trabalho. Antunes (2018), traz diversos exemplos de como a terceirização é maléfica no mundo do trabalho e como a classe dominante se apropria dela em prol dos seus interesses. Com a terceirização intensifica-se os assédios, acidentes de trabalho e mortes; a divisão sexual do trabalho também é mais recorrente, ou seja, as mulheres recebem menos, possuem menos direitos e exercem outras jornadas de trabalho; amplia-se a fragmentação da classe trabalhadora, aumentando as diferenças entre os trabalhadores e dificultando a organização sindical. Antunes (2018, p. 300) afirma que “[...] para garantir a alta remuneração dos capitais, vale devastar toda a população trabalhadora. Começando pela destruição completa do que resta de seus direitos trabalhistas, da previdência, da saúde e da educação públicas”.

O ilegítimo novo presidente, devastou os direitos sociais e trabalhistas conquistados através de lutas da classe trabalhadora, Temer foi exatamente o que a classe dominante necessitava, governou para os empresários e destroçou os trabalhadores através de diversas reformas trabalhistas.

O objetivo perfilado pelo governo de Michel Temer, no universo das relações de trabalho, é corroer a CLT e cumprir a “exigência” do empresariado (Confederação Nacional da Indústria/CNI, Federação Brasileira de Bancos/Febraban e assemelhados), cujo objetivo não é outro senão implantar a sociedade da precarização total do trabalho no Brasil (ANTUNES, 2018, p. 299).

Perpassando brevemente sobre o último e atual governo brasileiro de Jair Messias Bolsonaro, temos uma eleição fundamentada em *fakenews* e um ódio irracional criado no governo Dilma com uma utopia sobre o PT o relacionando a esquerda e ao comunismo - sendo que estes nunca chegaram ao Estado brasileiro. Bolsonaro, incitou diversas vezes a violência como alternativa para eliminar um inexistente comunismo no país, sempre com falas incoerentes e problemáticas, defendendo abertamente a ditadura, assumidamente racista, homofóbico, machista e misógino.

Trouxe à tona uma face da população brasileira que abraçou seus absurdos, com um projeto de governo claramente ultraneoliberal e com viés fascista. Usou da religião para se eleger, com um polêmico projeto de armar a população para proteção pessoal e a ridícula justificativa de defesa da propriedade privada. Seus discursos sempre foram direcionados aos grandes empresários, visto que a intencionalidade é a intensificação das medidas econômicas do governo Temer, assim, sua eleição foi financiada e desejada pelo grande capital, sempre criminalizando e culpabilizando a pobreza e as minorias.

Já não bastasse a catástrofe que a população brasileira enfrentaria com o governo Bolsonaro e seus absurdos, em 2020 intercorre uma pandemia mundial - denominada de Covid-19. Como já era de se esperar, o presidente não teve capacidade para enfrentar tais circunstâncias e quem pagou a conta foi a classe trabalhadora. “Uma vez mais, então, os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora que, além de ser a única que não tem menor responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece” (ANTUNES, 2020, p. 20).

Com um vírus mortal e tendo a contaminação pelo ar, a forma de proteção é através do isolamento e distanciamento social, as classes trabalhadoras mais precarizadas que dependem do trabalho para viver se viram sem saída, uma vez que não poderiam ficar em quarentena e precisavam do trabalho para acessar mínimas condições de sobrevivência. A alternativa que se apresentou foi como sucumbir: por fome ou pelo vírus. Tudo isso enquanto o governo e o presidente minimizavam e zombavam da doença que contagiava e matava milhares pelo mundo inteiro, não implementando nenhum plano de segurança e incentivando a classe

trabalhadora a permanecer nas suas atividades laborais, já que a economia não poderia ser afetada e o país não poderia parar.

2.2 - O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO

Elucidado os governos neoliberais que, sem exceção, estiveram à frente do país, é fundamental estabelecer a relação do neoliberalismo com a superexploração da força de trabalho e suas formas de fragmentação e precarização, engendrando as transformações no mundo do trabalho, o que possibilita novas alternativas para superexplorar a classe trabalhadora. Assim sendo, o capitalismo sempre se reinventou com intuito de reduzir seus custos e elevar seus lucros, logo, a melhor forma é a eliminação da força de trabalho vivo e o investimento em máquinas/tecnologias que aumentam sua produtividade e sua acumulação. Portanto, força a redução dos salários e empurra parte dos trabalhadores para o desemprego, ou seja, o exército industrial de reserva, criando um perfil de trabalhadores que aceitem mínimas condições de trabalho ou permaneçam desempregados.

[...] transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser “superados” e substituídos por outros “novos” e “modernos”, isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato (DRUCK, 2011, p. 43).

Ademais, é importante ressaltar que para o grande capital é de suma importância a destruição dos direitos sociais e trabalhistas, assim é possível maior intensificação da força de trabalho. Por isso, não deve ter custo e responsabilidade com o trabalhador, já que a classe trabalhadora é vista como uma mercadoria que deve ser consumida até o último momento e renovável sempre que necessário. Dessa forma, não assume nenhum compromisso com as necessidades decorrentes do esgotamento físico e/ou mental dos trabalhadores e é com esse ideal que o neoliberalismo se sustenta.

Para esse modelo socioeconômico, o Estado deve reduzir os direitos sociais e trabalhistas, visto que o mercado deveria se autorregular e intervir minimamente na economia e nos aspectos sociais, sendo que cada indivíduo seria responsável pela sua própria

autonomia, também determinando a substituição dos serviços públicos para o setor privado e a abertura do capital internacional. Assim, desde 1990, o Brasil segue à risca os preceitos neoliberais, através dos governos que já foram citados. Mesmo que brevemente, Collor iniciou e possibilitou o desenvolvimento intenso das políticas neoliberais, impulsionando uma privatização exacerbada que foi perpetuado por FHC, assim,

O setor produtivo estatal foi em grande medida privatizado (siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, bancos etc.), o que alterou o tripé entre *capitais nacional, estrangeiro e estatal* que havia comandado o padrão de desenvolvimento capitalista existente no Brasil desde a emergência do varguismo, ampliando a internacionalização da nossa economia (ANTUNES, 2018, p. 221 - *grifos do autor*).

Com isso, possibilitou a transformação do mundo do trabalho de forma significativa e, até então, irreversível. Durante todos esses governos o que se viu foi a expansão do desemprego, juntamente com a informalidade, terceirização e flexibilização da força de trabalho, por consequência, fragmentando a classe trabalhadora e dificultando as organizações sindicais, criando estratégias para que os trabalhadores não se identifiquem como trabalhadores, mas como patrões de si mesmos, produzindo a possibilidade da colaboração entre o capital e trabalho.

Iniciaremos pelas diversas (contra)reformas que vêm acompanhando todos esses governos, resultando no encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, engendrando o aumento do desemprego e da precarização. Ao longo dos anos pode-se ver a luta dos trabalhadores desvanecer. Nos anos 2000 e por uma reforma trabalhista, percebe-se que os interesses das classes dominantes vão sempre sobressair as necessidades da classe trabalhadora, o que fica explícito tal fato quando “[...] o elemento mais negativo dessa reforma trabalhista é que ela permitia que o negociado pudesse prevalecer sobre o legislado, ou seja, um acordo entre sindicatos e empresas poderia se sobrepor à legislação trabalhista existente” (ANTUNES, 2018, p. 137). Ou seja, as demandas dos trabalhadores são desconsideradas e as alternativas para solucioná-las são através de propostas dos patrões com intuito de negociação, reduzindo o caráter de luta e estabelecendo comportamentos menos combativos, visto que o desemprego é uma ameaça constante.

Até chegarmos na atualidade diversas reformas aconteceram e aqui vamos pontuar uma delas, cujo propósito sempre foi a supressão dos direitos trabalhistas, para que a superexploração acontecesse de forma naturalizada e sem impedimento. No começo dos anos 2000 foi debatido o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que tinha como objetivo a “[...] tentativa

de liberar plenamente a terceirização”, o que era considerado “[...] um passo contundente rumo ao fim dos direitos do trabalho consagrados na CLT e à nefasta sociedade da terceirização total” (ANTUNES, 2018, p. 169). Mais adiante será visto os impactos deste PL no mundo do trabalho e como se tornou um dos principais instrumentos para a intensificação da exploração do mais-valor.

Essa lógica vem se modificando por anos, iniciando-se em 1970 pela lei 6.019/1974, autorizando a terceirização de serviços de vigilância e transportes. Porém, já em 1970 a lei 5.645/1970 era “[...] voltada para o setor público, autorizava a subcontratação de serviços de transporte, conservação, custódia, operação de valores, limpeza e outros semelhantes e considerava ilícita a terceirização em quaisquer atividades permanentes das empresas” (ANTUNES, 2018, p. 184), mas que em 1993 foi autorizada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) nas empresas desses serviços mencionados por pressão dos grandes capitais.

Em 2004 a PL 4.330 aparece como um projeto que prevê a eliminação de qualquer limitação à terceirização, liberando-a para todas as atividades. Porém, houve resistência da classe trabalhadora e acabou não sendo colocada em votação, já que sua aprovação afetaria de forma grave os direitos dos trabalhadores. Como dito, as tentativas para a total implementação da terceirização no Brasil vêm acontecendo e se transformando através dos anos e na medida em que a classe dominante exige, em 2015, a PL 4330 foi novamente posta em votação na Câmara dos Deputados e sem discussão no plenário, foi aprovada por Eduardo Cunha que ignorou a ampla mobilização e manifestações no país. Concomitantemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou uma legislação

[...] que poderia contratar organizações sociais para prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente. Ou seja, a terceirização por meio da intermediação das chamadas organizações sociais (fundações, ONGs, cooperativas etc.) nas atividades-fim do serviço público. A decisão é pela constitucionalidade, liberando, portanto, a terceirização para todos esses setores. Trata-se da vitória de uma concepção neoliberal de Estado, que transferirá recursos públicos para organizações de caráter privado, as quais estarão livres para contratar trabalhadores sem concurso público e sem licitação, implicando no progressivo fim do serviço público, da carreira de servidor, cuja função social é fundamental num Estado democrático (ANTUNES, 2018, p. 187).

Os posicionamentos contrários ao PL 4.330 continuaram e foram diversificados em todos os cantos do Brasil com a tentativa de lutar contra a redução dos salários e o encolhimento dos direitos trabalhistas e previdenciários, além de posicionarem, também, contra a fragmentação do trabalho que como se sabe provoca a desorganização da classe trabalhadora, afetando diretamente os sindicatos. A tentativa de luta foi ignorada e

manteve-se a aprovação do PL 4.330 – transformada em Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30 no ano de 2016 - e, com isso, todas as atividades laborais podem ser submetidas a essa precarização.

Com o governo golpista de Temer e sendo, claramente, um governo da classe dominante, houve inúmeros ataques à classe trabalhadora, dentre esses ataques e o mais intenso é o que Antunes (2018) colocou como “trípode destrutiva”. Sendo essa: a privatização do que ainda não foi privatizado- principalmente o pré-sal -; a imposição do negociado sobre o legislado, ou seja, a ridícula concepção de negociação entre patrão e funcionário em um momento que o desemprego é exacerbado, fazendo com que o trabalhador aceite mínimas condições trabalhistas para que ainda tenha um emprego; e a flexibilização completa das relações de trabalho prevista na Reforma Trabalhista (PLC 38/2017).

Essa reforma desfigura em definitivo a CLT, ao instituir o preceito do negociado sobre o legislado, que elimina o patamar basal dos direitos, e também ao introduzir o nefasto trabalho intermitente [...], além de restringir em muito a abrangência da Justiça do Trabalho – cuja extinção é o objetivo verdadeiro do empresariado brasileiro –, entre tantos outros aspectos nefastos. (ANTUNES, 2018, p. 325)

Houve também a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 de 2016 (no senado denominada de PEC 55), que tinha como objetivo restringir por vinte anos os gastos com a saúde, educação e atividades públicas. Ademais, buscaram aprovaram uma “Reforma da Previdência”¹⁰ com critério e medidas irrealistas para ser votada no início de 2018, sendo que determinaram idade mínima para se aposentar (62 para mulheres e 65 para homens) e de contribuição (15 anos para ambos). Logo, a vida do trabalhador brasileiro é consubstanciada ao trabalho e este não lhe garante uma aposentadoria digna, visto que os direitos trabalhistas e previdenciários estão sendo atacados constantemente.

Já Bolsonaro, como supracitado, é o governante dos grandes capitais e perpetua as (contra)reformas de Michel Temer, não se intimidando em mostrar sua face ultraneoliberal e seus discursos horrendos. Seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, externalizava - sempre que tem a oportunidade de dar entrevistas - para quem o governo estava governando, sendo

¹⁰ Informações retiradas da reportagem publicada pelo site G1 (2018), “Reforma da Previdência: conheça ponto a ponto o texto que será enviado para votação no plenário da Câmara”. Para mais informações, consultar a reportagem completa no endereço de acesso. G1. **Reforma da Previdência: conheça ponto a ponto o texto que será enviado para votação no plenário da Câmara.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/reforma-da-previdencia-conheca-ponto-aponto-o-texto-que-sera-enviado-para-votacao-no-plenario-da-camara.ghtml> > Acesso em: 5 mai. 2022.

que também possui falas problemáticas e ofensivas, constantemente ataca a classe trabalhadora. Seu projeto foi dar liberdade total à economia e extinguir os direitos sociais.

Assim, a Reforma da Previdência planejada por Temer - que não chegou a ser aprovada - passou por modificações de Bolsonaro e Guedes, deteriorando ainda mais a vida da classe trabalhadora e a distanciando de se aposentar, é o que se evidencia quando observa a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro¹¹ - perpassando superficialmente, nota-se que apesar de manter a idade mínima de aposentadoria, aumentou-se em cinco anos de contribuição mínima, ou seja, sendo necessário vinte anos de contribuição para se aposentar mesmo com a idade necessária. Ademais, para se ter o benefício integral deverá contribuir por quarenta anos, o que impossibilita um envelhecimento saudável e com mínimas condições de bem-estar na velhice.

Posto tais instabilidades que está condicionando a classe trabalhadora através das (contra)reformas e da lógica financeira do capital para amplificar sua acumulação, percebe-se os retrocessos que os trabalhadores e a legislação trabalhista vêm sofrendo ao longo de vários anos e como, obviamente, isso afeta em todos os detalhes da vida e das relações sociais. É por meio dessas medidas que evidencia o Estado burguês, favorecendo o capital e se colocando contrário aos direitos sociais e trabalhistas, flexibilizando as relações de trabalho e dando aval para a superexploração dos trabalhadores, compactuando com contratações frágeis e sem nenhum vínculo empregatício, reforçando que o sistema capitalista é planejado para o adoecimento e esgotamento da classe trabalhadora. “Tais ações eram justificadas por uma necessidade de romper com a rigidez desses sistemas de proteção e de relações de emprego, a fim de possibilitar o aumento do emprego formal, com a redução dos custos do trabalho para o empresariado” (DRUCK, 2011, p. 44).

Retomamos aqui as precarizações, em especial a terceirização e os seus impactos no mundo do trabalho, como se tornou um dos principais instrumentos para a intensificação da exploração do mais-valor. Sendo essa a que mais corresponde aos interesses da classe dominante devido às possibilidades que esse método configura, uma vez que o grande capital transfere as responsabilidades para uma outra empresa que serve como mediadora sob o

¹¹ Informações retiradas da reportagem publicada pelo site CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT (2019), “Entenda os 10 piores pontos da reforma da Previdência de Bolsonaro”. Para mais informações, consultar a reportagem completa no endereço de acesso. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Entenda os 10 piores pontos da reforma da Previdência de Bolsonaro.** Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/entenda-os-10-piores-pontos-da-reforma-daprevidencia-de-bolsonaro-99fe>.> Acesso em: 5 mai. 2022.

trabalho prestado e as relações do trabalho. Logo, não possui vínculo com o trabalhador que presta - geralmente - um serviço específico por tempo determinado e, com isso, reduz seus gastos. O trabalhador terceirizado deve cumprir sua atividade dentro de um tempo pré-determinado e, em regra, recebe uma remuneração inferior, o ressignificando como um prestador de serviços, suprimindo seus direitos sociais e trabalhistas.

[...] a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc (ANTUNES, 2018, p. 37).

A terceirização é uma ferramenta global utilizada também na produção de mercadorias em grandes empresas e fábricas com marcas reconhecidas mundialmente como, por exemplo, Apple, Samsung, Nokia etc. Normalmente, essas empresas recorrem ao toyotismo como modelo de produção com o objetivo da flexibilização do trabalho e da mão de obra, isto é, utilizam de empresas terceirizadas para reduzir o custo de produção recorrendo a países com mão de obra barata e superexplorada. Antunes (2018, p. 33) coloca como exemplo a *Foxconn* - “[...] empresa responsável pela montagem de produtos eletrônicos para Apple, Nokia, entre várias outras transnacionais”.

Seus funcionários trabalhavam doze horas por dia e recebiam péssimos salários, além da intensidade da superexploração e do adoecimento dos trabalhadores jovens (com idades entre 17 e 25 anos) relatando que a intensidade foi tanta que 17 funcionários tentaram suicídio e, destes, 13 morreram. Ricardo Antunes (2018, p. 34), apresenta também que “[...] os fornecedores de eletrônicos são impelidos a competir uns contra os outros visando atender tanto às rigorosas especificações de preço quanto a qualidade do produto e o tempo de produção, o que acaba gerando pressões salariais e riscos à saúde dos trabalhadores”

Nota-se que existe uma população alvo para esse tipo de trabalho precarizado, imigrantes mudando para países de capitalismo central ou até mesmo subdesenvolvidos (como o caso do Brasil), por diversos motivos - talvez, para fugir de guerras, buscando oportunidades de emprego com mínimas condições dignas de sobreviver ou indo atrás de uma possível melhoria de vida, como fazem muitos brasileiros migrando para outros países. O que cabe ressaltar é que, em geral, estes são contratados informalmente e em funções que são, em regra, exaustivas e precarizadas. “O trabalhador imigrante encontra, então, em indústrias,

construtoras, supermercados, distribuidoras de hortifrutícolas, na agricultura, em hotéis, restaurantes, hospitais, empresas de limpeza etc., seus espaços principais de trabalho, recebendo os salários sempre mais depauperados” (ANTUNES, 2018, p. 84).

Outro fator determinante nessa conjuntura é a discriminação enraizada - por sua cor, sua nacionalidade, sua fé etc. -, que provoca péssimas condições laborais como, por exemplo, os piores horários de trabalho (com jornadas extensas, noturnas e nos fins de semana). Ademais, longe das suas ocupações, são discriminados em todos os âmbitos possíveis, suas relações sociais são comprometidas com intolerâncias e perseguições discriminatórias, tornando-se a classe mais precarizada mundialmente.

Retornando a realidade brasileira, percebe-se que a partir dos anos 1990, com a abertura de fato para o neoliberalismo, acontece uma diminuição dos empregos formais. Contudo, nos anos 2000 “[...] foram criados 21 milhões de postos de trabalho, dos quais 94,8%, recebiam uma baixa remuneração (1,5 salário-mínimo por mês)” (ANTUNES, 2018, p. 139), o que demonstrou a necessidade de trabalho vivo para vários setores econômicos, utilizando-se de uma força de trabalho com baixas remunerações. Após as crises que se apresentaram após 2013, o desemprego retoma seu processo e se fez regular em todos os governos, chegando ao primeiro trimestre de 2022, em 11,9 milhões¹² de trabalhadores desempregados no país.

E, juntamente com a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital, houve uma transformação nos padrões produtivos com objetivo de atualizar seu modo de produção - organizacionalmente e tecnologicamente -, estabelecendo outros métodos para a organização social do trabalho, nomeados de participativos/colaborativos. Logo, suas causas foram consequências:

- 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões produtivos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço das lutas sindicais e das formas de confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, em 1978 (ANTUNES, 2018 p. 134).

¹² Dado retirado do site Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) . Para mais informações, consultar o site. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> > Acesso em: 6 mai. 2022.

Com isso, se tem uma modificação profunda no mundo do trabalho, por resultado de novas possibilidades para uma superexploração e acumulação flexível¹³, buscando uma maior produtividade e lucratividade. Engendrando, através da execução de meios de intensificação da força de trabalho e na participação dos lucros empresariais, legitimando a precarização dos trabalhadores através da flexibilização e da informalidade.

Dentre tantas metamorfoses, é essencial citar a uberização, o teletrabalho e as formas de controle que o capital estabelece, por exemplo, empreendedorismo de si e sua suposta autonomia, o adoecimento e esgotamento da classe trabalhadora. O que todas elas possuem em comum é o desemprego a seu favor, utilizando como uma estratégia para submissão da classe trabalhadora. Consequentemente, a instabilidade gerada por esse desemprego estrutural provoca uma insegurança na vida do trabalhador e em suas relações sociais, engendrando vulnerabilidade e a fragilização dos seus vínculos e da sua condição social, visto que, é o trabalho que permeia as relações sociais.

Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Aplica-se aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do “exército industrial de reserva”, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo”. Esse “novo espírito” insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor. Em nome da “via única” e do “pensamento único”, impõe um conjunto de mudanças que passam a ser justificadas no plano material e intelectual como uma força da natureza e, portanto, sem possibilidades de uma intervenção humana (DRUCK, 2011, p. 43).

Pode-se colocar como outro ponto em comum a internet, com as inovações tecnológicas e as transformações no mundo do trabalho, tornou-se uma ferramenta indispensável no capitalismo. Com isso, a internet foi capaz de unificar o trabalho e a vida fora dele, o que Antunes (2018) nomeou de “escravidão digital”, por, justamente, não

¹³ “Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho” (DRUCK, 2011, p. 42),

dissociar uma coisa da outra, fazendo com que o trabalho atravessasse toda sua existência, sendo também consequência da indústria 4.0¹⁴ e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), cujo objetivo é a diminuição ao extremo do trabalho vivo necessário para a produção. Assim, utilizam de algoritmos, inteligência artificial e de toda tecnologia possível para sua lucratividade e para a criação de possibilidades de superexploração da classe trabalhadora e, com isso, suprimir os seus direitos trabalhistas e sociais.

A uberização, por exemplo, é a relação do trabalho entre empresas e aplicativos, ou seja, empresas-aplicativos. Sua caracterização se dá por trabalho digital, como a chamada “*zero hour contract*” (contrato de zero hora), na qual permite a contratação de um serviço - seja ele qual for - através de uma plataforma e/ou aplicativo. Os trabalhadores, “[...] ficam à espera de uma chamada por smartphone e, quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram esperando” (ANTUNES, 2020, p. 12). Um exemplo parecido, mas mais precário e - por isso o nome dessa categoria - é a empresa Uber, empresa do setor de transportes/corridas. A Uber não se nomeia dessa forma, mas como uma empresa ligada ao setor de tecnologia. “Esse deslocamento tem efeitos e proteções jurídicas muito relevantes: trata-se de uma empresa que, simplesmente, provê um serviço tecnológico, o qual possibilita o encontro entre uma multidão de consumidores e uma multidão de trabalhadores” (ABÍLIO, 2013, p. 115).

É, atualmente, a imagem da informalidade mais evidente que se tem conhecimento. Trabalhadores que além de não possuírem direitos trabalhistas e gerarem mais-valor para essas empresas-aplicativos, devem, também, arcar com todas as despesas do trabalho, se responsabilizando com os gastos dos veículos - limpeza, manutenção, combustível etc -,

¹⁴ “Essa propositura nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas TICs que se desenvolvem celeremente. Ela significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente. Sua principal consequência para o mundo do trabalho será a ampliação do trabalho morto, tendo o maquinário digital – a “internet das coisas” – como dominante e condutor de todo o processo fabril, e a consequente redução do trabalho vivo, através da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital.[...] Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI” (ANTUNES, 2018, p. 43).

ademais, se recusam solicitações dos consumidores podem ser desligados do aplicativo, ou seja, serem demitidos.

A uberização abrange outros setores como, por exemplo, o de entregas através de motocicletas, bicicletas e, até mesmo, patinetes. Essa modalidade vem se metamorfoseando e através de um crescente número de trabalhadores que se tornam entregadores pela acessibilidade às ferramentas de trabalho necessárias, isto é, aquisição de uma moto, bicicleta ou patinete e, essencialmente, um smartphone, não necessitando de uma qualificação específica e a possibilidade de ganhar mais do que em outras funções do mesmo nível.

O que é estabelecido nessas atividades, portanto, é a oportunidade de determinar seus próprios horários, a de não possuir um patrão e, sim, tornar-se patrão de si mesmo ou empreendedor de si, já que não existe ali no seu “ambiente de trabalho” alguém para fiscalizar suas atividades, além de possibilitar ganhos diários, não só mensais. Observando assim, parece uma boa promessa.

Mas, analisando mais de perto é nítido que as relações pré-estabelecidas entre o trabalhador e a empresa é ilógica, visto que para receber um determinado valor é necessário trabalhar inúmeras horas, não sendo possível escolher ou saber seu destino/percurso e o que antes parecia um trabalho sem gerenciamento é, na verdade, um serviço estabelecido pelos usuários - que se transformam em chefes terceirizados dos trabalhadores de aplicativos, visto que estes ficam submetidos às notas/estrelas dos usuários para se manterem como prestadores de serviços dessas empresas-aplicativos.

As empresas apresentam-se não como contratantes, mas como mediadoras da oferta e da procura; entretanto, são elas que detêm os meios de controle total sobre a distribuição do trabalho, de gerenciamento e estímulo da produtividade, de acesso a e desligamento das plataformas, além de, obviamente, definirem o valor do trabalho de seus "parceiros". Trata-se, como demonstra Shoshana Zuboff, ao pensar em termos de um capitalismo de vigilância, da possibilidade de mapear todo o processo de trabalho, de transformar decisões, perfis e estratégias em dados, de utilizar esses dados como meios de controle, gerenciamento e organização do trabalho. Esse processo de trabalho inclui ainda, de forma racionalizada e organizada, uma nova figura no gerenciamento e controle: a do consumidor para o qual é terceirizada a execução da vigilância sobre a produtividade e a qualidade do trabalho (ABÍLIO, 2020, p. 113).

Outra alternativa que se tem entre as transformações no mundo do trabalho com uma confluência com a uberização é o *crowdsourcing* ou trabalho amador. Juntas,

Crowdsourcing e uberização concretizam uma crescente adesão a um trabalho que vai perdendo as formas socialmente reguladas e estabelecidas que lhe conferem a concretude de ser trabalho. A categoria de trabalho amador refere-se a um trabalho que é trabalho, mas que não confere uma identidade profissional bem estabelecida,

que não tem alguns dos elementos socialmente estabelecidos que passam pelas regulações do Estado, envolvendo princípios que estruturam a identidade do trabalhador como tal. O motorista de táxi é um motorista profissional; já o motorista da Uber tem uma identidade flexível. Ele pode ser um desempregado fazendo um bico, pode ser um trabalhador que complementa a renda, pode ser alguém que tem outra profissão, mas trabalha atualmente dezoito horas por dia, sete dias por semana como motorista... são infinitas as possibilidades. O que a categoria de trabalhador amador (utilizada por Marie-Anne Dujarier ao pensar o trabalho do consumidor) tem como força explicativa é essa ideia de que o mundo do trabalho vai sendo tecido por uma série de atividades que não têm um estatuto de trabalho bem definido, e isso lhes confere uma enorme maleabilidade. Na prática, tal maleabilidade se traduz em mais exploração para o trabalhador, no sentido de que são atividades que se combinam com outras ocupações, que permitem formas informais de extensão do tempo de trabalho e de intensificação do trabalho. Essa perda de formas do trabalho confere uma maleabilidade, uma flexibilidade, uma potencialidade de adaptação surpreendentes. Isso não quer dizer que o trabalhador não reconhece seu trabalho como trabalho, mas o trabalho que ele desempenha tem o estatuto de trabalho amador (ABÍLIO, 2013, p. 117).

Em suma, a uberização e suas alternativas possibilitaram a viabilização de novas formas de controle, organização e gerenciamento do trabalho com a informalidade através das implementações das TICs. O trabalhador se transfigura em um prestador de serviços, em que é utilizado pelo capital através de demandas específicas, fazendo com que ele esteja sempre disponível ao trabalho, mesmo que não receba por isso, sendo condicionado a esperar por corridas que valham a pena - normalmente, corridas mais longas, mas sem possuir controle de onde está indo.

A partir disso, essa modalidade garante a eliminação dos direitos trabalhistas, fazendo com que o trabalhador acredite nessas circunstâncias que estão condicionadas como uma escolha. Portanto, as empresas-aplicativos detêm o controle sobre os trabalhadores, já que são elas que gerenciam e controlam a sua produtividade e determinam o seu desligamento e, assim, chefiam todo o processo de trabalho. Como afirma Ludmila Abílio (2013, p. 123), “[...] longe da figura de um empreendedor, o que vemos em ato, na uberização é a consolidação do trabalho como um autogerente inteiramente subordinado”.

Nessa perspectiva de atividades que não são executados dentro de espaços determinados para o trabalho, aparece o teletrabalho ou *home-office* como uma alternativa para esse propósito. Em regra, as atividades são executadas de dentro da própria casa, integrando o trabalho em todos os âmbitos da vida, sendo uma possibilidade de eliminação das proteções trabalhistas e de engendrar um distanciamento entre os sujeitos, dificultando sua sociabilidade e, estrategicamente, impossibilitando sua organização enquanto uma classe. Neste processo também percebe-se um aumento significativo de jornadas duplas e até triplas

de trabalho, principalmente, entre trabalhadoras mulheres - que normalmente já possuem essa configuração por conta de um machismo estrutural, resultando em uma sobrecarga em todos os âmbitos sociais.

O teletrabalho define um padrão de trabalhador específico, um indivíduo que esteja apto para tal responsabilidade, uma vez que este deve ser independente, confiável para tal função, devem ser seguros e automotivados, com capacidade para controlar o seu tempo e suas prioridades. É necessário ter autonomia, proatividade, ser obstinado e resistente. Estrategicamente, o teletrabalho assume um caráter de vigilância a distância, em que o trabalhador se autocontrola e entende esse processo como um plano de vida, afetando todo o seu contexto familiar, já que é idealizado como uma realização pessoal e profissional.

Demonstrando, claramente, a transformação no mundo do trabalho, a partir dessa nova organização que surge através da flexibilidade de horários - normalmente com jornadas extensas e intensas, sem hora para começar e terminar - juntamente com a falta de uma supervisão. Tudo isso por meio de estratégias e articulações que são impostas e baseiam essa configuração, denominadas de empreendedorismo de si - já vista na uberização.

A falta de supervisão direta, a redução da presença física e a flexibilidade de horários que o teletrabalho permite representam, de fato, uma transformação da organização do trabalho. No entanto, o sentido dessa experiência é construído por meio da articulação do discurso que sustenta o controle da organização: o discurso do empreendedorismo de si (COSTA, 2013, p. 470).

O empreendedorismo de si é uma estratégia utilizada pelo capitalismo para o não reconhecimento de classe, enquanto classe trabalhadora, mas também o utiliza como meio para o desemprego estrutural. Assim, transforma o trabalhador em empreendedor, cuja definição é um sujeito capaz de aproveitar as oportunidades e conquistar seu espaço no mercado, já que assume riscos e lida com recursos limitados, ou seja, seu êxito é pessoal, individual e meritocrático.

O capitalismo atual enaltece essa estratégia, pois essa configuração é útil para os seus interesses, visto que não possui relação direta com o sujeito e, portanto, não se responsabiliza por ele. Logo, o empreendedor é responsável por si e a culpabilização de um - possível - fracasso é consequência da sua incompetência. O trabalhador não precisa mais de qualificação para possuir um emprego, mas de vários talentos como a persistência, iniciativa, otimismo e, principalmente, flexibilidade. O principal objetivo é a metamorfose das relações e direitos trabalhistas, isto é, converter as relações formais em informais.

Neste contexto de regressão dos direitos trabalhistas, sob o signo do empreendedorismo, boa parte dos novos contratos de trabalho têm rebaixado a proteção social dos trabalhadores e o acesso aos direitos trabalhistas básicos, como seguro-desemprego, o seguro acidente, o auxílio doença e a aposentadoria. Por outro lado, ainda quando acessam os direitos trabalhistas, estes “trabalhadores-empresários” o acessam em um patamar inferior ao do assalariado comum. De um modo geral, há uma tendência à negação dos direitos básicos do trabalho, sobretudo à jornada máxima de trabalho (PERUZZO e VALENTIM, 2017, p. 121).

Como já explicitado, a finalidade do capitalismo e do neoliberalismo sempre foi e será a extinção das regulações do trabalho para que a classe trabalhadora seja superexplorada ao extremo. Com a ideologia do empreendedorismo de si, concretiza seu ideal de flexibilização a todo e qualquer custo, já que é uma alternativa e uma resposta para o desemprego estrutural, a classe trabalhadora aceita esse discurso meritocrático, mas também crê nas possibilidades que o empreendedorismo pode oferecer, sem questionar ou até mesmo perceber a intencionalidade da classe dominante.

Dessa forma, o capital impulsiona tal discurso em todos os âmbitos possíveis - principalmente nos setores privados da educação - estimulando e desenvolvendo habilidades individuais - a criatividade, flexibilidade, persistência e outras características motivadoras - para que o sujeito consiga aproveitar as - supostas - possibilidades que o mercado oferece, e assim, não estariam subordinados ao assalariamento oportunizando ganhos maiores, tratando-se apenas de aperfeiçoamento das próprias habilidades para o sucesso.

O empreendedorismo é posto como uma alternativa para o desemprego, mas também uma possibilidade de ascensão de classe, a utopia de sair da classe trabalhadora para fazer parte da classe dominante. Tudo depende das habilidades e aptidões do sujeito que, assim, conseguiria articular com todas as classes sociais, logo, sairia da posição de trabalhador e, para além disso, promoveria trabalhos, dessa forma, a intencionalidade do capital, nessa configuração, é o não reconhecimento de classe e a troca que o trabalhador faz por uma suposta autonomia e abre mão da sua proteção social e dos seus direitos trabalhistas.

O que se coloca para o trabalhador que anseia ser empreendedor é sua autonomia financeira, é a oportunidade de virar um capitalista e não um subordinado do capital. O que lhe é oferecido através de falsas promessas é a capacidade de se tornar parte da classe dominante, dono dos meios de produção, mas o que - em regra - acontece é se subordinar ao capital de outra forma, visto que apenas possuem os meios de trabalho.

O que ocorre é a redução de custos da produção do grande capital para os pequenos empresários, ou seja, só mais uma forma de fragmentação e flexibilização da força de trabalho. Ao contrário dos grandes empresários que superexploram a classe trabalhadora e têm sua lucratividade através dela, o empreendedor continua trabalhando - mesmo que possua empregados - está longe de viver da exploração da força de trabalho.

Pois - como já mencionado no item 1.2 - existe a concentração e centralização de capitais, ou seja, os maiores engolem os médios e pequenos, diante disso se tem uma concentração de poder nas mãos de poucos - principalmente em tempos de crise. E, claramente, o poder sobre a produção permanece sob os controles dos grandes capitalistas, como dispõe Tavares (2018, p. 119):

A pequena empresa, como a grande, está sujeita às determinações do mercado, só que com bem menor capacidade de escapar às sanções impostas. Ao transformar trabalhadores em empresa, teórica e praticamente quem se beneficia é o capital. A pequena empresa é a forma encontrada pelo capital para se apropriar de todo o tempo do sujeito, pela via do convencimento. Sem que disso tenha consciência, ao criar, ele mesmo, a condição de empregabilidade, o trabalhador troca a proteção social por uma ideia de liberdade que, em última instância, retira de si a possibilidade de obter qualquer conquista/concessão do capital, pela sua relação direta com o mercado.

Outro ponto que se faz necessário atentar é o que Tavares (2015) entende por “salário por peça” - outro método para modificar o trabalho assalariado. Ou seja, o trabalhador recebe conforme sua produtividade, instigando uma maior intensificação no modo de produção e, conseqüentemente, na exploração da força de trabalho, visto que é estabelecidos prazos e metas para se cumprir, engendrando em um adoecimento pela intensa produtividade pré-estabelecida, mas também por uma competição colocada entre os trabalhadores que podem ser beneficiados por alcançarem o padrão imposto pela empresa - normalmente por participação nos lucros ou resultados. Assim, ficam condicionados a uma recompensa por seu esgotamento físico e mental.

Contudo, após discorrer sobre as formas de flexibilização da força de trabalho atualmente, é essencial analisar como a informalidade composta em todas essas configurações, potencializa a superexploração da classe trabalhadora. Os empregos informais possibilitam a redução dos custos da produção e, conseqüentemente, a diminuição da força de trabalho e mesmo com as TICs, o trabalho assalariado é o que então move o capitalismo.

Por isso, se faz necessário apropriar-se intensamente do tempo do trabalhador de forma que tenha uma mais-valia absoluta, perdendo seu caráter assalariado e se

transformando em empreendedor. “Para isso, a interferência do Estado é providencial, pois é sua função criar o aparato legal através do qual a relação capital faz da força de trabalho uma empresa” (TAVARES, 2018, p. 110). Nesse contexto, relembramos a importância dos governos neoliberais que sempre estiveram no comando do país e sempre favoreceram os grandes capitais, através de (contra)reformas que afetam diretamente a classe que só possui sua força de trabalho para sobreviver.

Elucidado toda essa informalidade no mundo do trabalho decorrente dos últimos governos, no qual, engendrou um aprofundamento da desigualdade a partir de vínculos empregatícios precários ou nulos e de um crescente e estratégico desemprego, no qual, intensifica as expressões da “questão social” através da vulnerabilidade que advém de uma precarização em todos os âmbitos do mundo do trabalho que, por consequência, atravessa as relações sociais, vamos observar - brevemente - todo essa configuração sob uma pandemia mundial e com o governo Bolsonaro. Segundo Antunes (2020, p. 7),

[...] antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do "maravilhoso" mundo do trabalho digital, com suas "novas modalidades" de trabalho on-line que felicitava os novos "empreendedores". Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho.

O ponto mais alto dessa breve indagação - já que o curto prazo de pesquisa não permite o aprofundamento adequado - é como Bolsonaro com seu governo ultraneoliberal (que por si só já seria catastrófico para a classe trabalhadora) agrava ainda mais esse período com o seu negacionismo. Supracitado, o governo Bolsonaro é o governo da classe dominante e com um vírus mortal cuja contaminação se dá pelo ar, a forma de proteção indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é o isolamento e distanciamento social.

Porém, as classes trabalhadoras mais precarizadas que dependem do trabalho para viver não poderiam ficar em quarentena e precisavam do trabalho para acessar mínimas condições de sobrevivência. Dessa forma e citando Ricardo Antunes (2020, p. 14),

Mas como ficarão em isolamento social os/as desempregados/as, os/as informais, os trabalhadores/as intermitentes, os/as uberizados/as, os/as subutilizados/as, os/as terceirizados/as isto é, aqueles que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executam algum trabalho? E quanto ao pequeno "empreendedor" (que descrevi em O Privilégio da servidão como sendo, simultaneamente, burguês-de-si mesmo e proletário-de-si-próprio), que em meio à pandemia não tem o que vender (pois não há consumidores), nem renda, nem previdência, nem convênio

de saúde? Como será possível driblar o trabalho dito flexível, digital, "moderno", que tenderá a se intensificar enormemente se o capital pandêmico continuar a comandar o mundo segundo seus interesses?

Mesmo que atualmente a pandemia da Covid-19 esteja controlada pela vacinação (que foi duramente contestada e sabotada por Bolsonaro) e não possuir arcabouço teórico o suficiente para responder tais perguntas, o que sinalizo aqui é que com a pandemia houve um agravamento dessas precarizações, a alternativa que o capital determinou era a diminuição dos salários ou o desemprego. Em suma, podemos trazer uma resposta geral a essas precarizações e os governos neoliberais, que seria a reorganização da classe trabalhadora e dos sindicatos enquanto defesa dos seus direitos e proteção social e trabalhista.

E como já dito, todas essas precarizações servem de meios estratégicos para a fragmentação dos trabalhadores e/ou o não reconhecimento/pertencimento como classe trabalhadora, que vive do trabalho para sobreviver. O sistema arquiteta mecanismos para essa desconfiguração, como já dito, sua intencionalidade é a desarticulação dessas associações - que dentro de sua historicidade nas suas primeiras articulações já sofrem retaliações do capital -, para torná-las menos combativas e introduzir uma parceria na relação capital-trabalho, conseqüentemente, recorrendo a negociação como principal instrumento para a realização de acordos sem o caráter de luta.

E, apesar dos inúmeros esforços do grande capital, percebe-se que a classe trabalhadora brasileira - tão precarizada - mantém, mesmo que abatida, sua combatividade. É o que os demonstra exemplos já supracitados - as mobilizações contrárias às precarizações do Estado e da ofensiva reacionária do capital. Através dessas manifestações os trabalhadores conseguem, minimamente, impedir a extinção de todos os direitos trabalhistas duramente conquistados. Dessa forma, lutam para não se fragilizar ainda mais. Mas, o que se coloca atualmente é o difícil desafio do reconhecimento da classe e da organização da classe trabalhadora em um só conjunto para que haja possibilidades de efetivas mudanças. Para finalizar, Antunes (2018, p. 337) coloca que:

O resgate do sentido de pertencimento de classe (o que implica entender as conformações da classe trabalhadora hoje e sua nova morfologia), [...], é questão crucial neste século. A possibilidade de uma efetiva emancipação humana e social, da construção de uma alternativa socialista de fato, só encontrará concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não com exclusividade) no mundo do trabalho. Um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Essa formulação, entretanto, não pode excluir outras formas importantes de rebeldia, contestação e emancipação. Todo o leque de assalariados que compreende o setor de serviços, mais os trabalhadores "terceirizados", os do mercado informal, os "trabalhadores

domésticos”, os intermitentes, os subempregados e os desempregados, se somam aos demais trabalhadores e movimentos sociais vitais, configurando-se no pólo social e político capaz de avançar as lutas e ações anticapitalistas.

2.3 – PANORAMA QUALI-QUANTITATIVO DOS ESTUDOS SOBRE O TRABALHO IDENTIFICADO NAS REVISTAS KATÁLYSIS E SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE.

Nesse item, vamos analisar como duas das principais revistas do Serviço Social brasileiro, Katálysis e Serviço Social e Sociedade, têm observado as metamorfoses no mundo do trabalho e como estão sendo feitas suas análises acerca dessa temática. Inicialmente, a intenção foi pesquisar textos que compreendessem todo o debate sobre o trabalho em um contexto geral durante os anos de 2012-2021, totalizando 38 conteúdos - 15 artigos da revista Katálysis e 23 da revista Serviço Social e Sociedade (entre os materiais estão, 16 artigos, 3 resenhas, 3 editoriais e 1 entrevista).

Com o período reduzido devido a pandemia do Covid-19 e, compreendendo, o ponto central deste estudo através das precarizações engendradas por meio dos governos neoliberais que possuem - aproximadamente - a mesma linha temporal dos artigos que serão analisados, foi feito um recorte no objeto de estudo, ou seja, o critério escolhido para selecionar os artigos foi através da busca pela palavra-chave *precarização*, no mesmo período (aproximadamente dez anos) como principal fator para a investigação. Os artigos vão ser analisados na forma de análise quali-quantitativas, na qual faz o levantamento através da leitura dos resumos e das considerações finais.

Isto posto, ficou estabelecido um total de 6 textos para análise, sendo: 4 artigos da revista Katálysis e 2 artigos da revista Serviço Social e Sociedade. Por se tratar de um assunto tão primordial, presumia-se que se encontraria um maior número de artigos, mas os estudos demonstraram uma linha temporal entre esse período e as precarizações que transformaram o mundo do trabalho no que, de fato, é hoje. Assim, os artigos serão apresentados de acordo com o ano de publicação que foi escrito, facilitando uma melhor compreensão das informações obtidas, para que mais adiante se possa fazer uma observação geral. Importante

ressaltar que as análises serão sucintas e que serão feitas a partir dos resumos e considerações finais de cada artigo.

2.3.1 - ARTIGOS NA REVISTA KATÁLYSIS

A revista Katálysis foi criada em 1997, composta por periódico científico temático, sendo quadrimestral, ou seja, com três números publicados ao ano. É uma revista acadêmica, voltada para o Serviço Social, com publicações de professores, pesquisadores e assistentes sociais. Possui vínculo com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e contribui para a socialização do conhecimento científico e acadêmico. A seguir, serão analisados três artigos selecionados dessa revista.

O primeiro é sobre *O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho*, das autoras Rachel Gouveia Passos e Cláudia Mazzei Nogueira, publicado em 2018. O que se observa nesse texto é o recorte e aprofundamento na configuração da terceirização, percebendo que por trás da precarização já determinada por essa estratégia ainda existe um outro determinante capaz de superexplorar as mulheres negras. O que se afirma neste texto é que as condições que essas mulheres estão condicionadas por estarem inseridas numa sociedade patriarcal, racista e colonialista como a brasileira, as colocam em uma condição mais precarizada nas relações entre capital e trabalho.

Dividem o artigo em três partes, começando pela terceirização como um todo, em seguida relatam sobre essa configuração nos setores públicos e, por último, do recorte da terceirização e suas causalidades através da divisão sociossexual e racial do trabalho. O que estabelece uma conexão com o estudo deste trabalho é a percepção da terceirização como uma intensificação da superexploração da classe trabalhadora, da informalidade e da não responsabilização com o trabalhador, afirmando que com a nova legislação aprovada deteriorou-se mais as relações trabalhistas através da flexibilização.

O ponto central do artigo das autoras é a importante observação para o fato de que as mulheres negras são as mais precarizadas por estarem na base da pirâmide social brasileira, submetidas aos trabalhos mais precários, subalternos e com as piores remunerações.

Enfatizando que a formação social brasileira está enraizada nas opressões de classe, gênero, raça/etnia e na desigualdade. Ademais, ressalta também a ausência de uma vinculação e associação com as organizações sindicais, visto que se têm um não reconhecimento da classe trabalhadora devido às formas que estão postas suas relações trabalhistas.

O segundo artigo aqui analisado foi publicado em 2019 por Mauri Antônio da Silva, que retrata, *Os reflexos da crise econômica sobre os direitos trabalhistas no Brasil*. Podemos analisar neste artigo, a confluência com o trabalho, por se tratar do aumento do desemprego no Brasil após a aprovação da reforma trabalhista no país, explicitando que a medida adotada pelos grandes capitais foi (obviamente) em prol de seus interesses e a retomada dos altos lucros, por meio das regressões condicionadas aos direitos trabalhistas que se intensificam nos vínculos empregatícios e as vidas dos trabalhadores, ressaltando que a luta sindical não conseguiu reverter tal situação.

Observa-se também como o capitalismo veio tencionando tais medidas contra a classe trabalhadora através dos anos e como o neoliberalismo engendra esse processo destrutivo através das suas determinações liberais, ou seja, a privatização em larga escala, a reestruturação produtiva e a desregulamentação da seguridade social e trabalhista. Logo, com as greves e o descontentamento da classe dominante se organizando para a retomada dos lucros e, assim, sucedeu-se o golpe em 2016. Dessa forma, com o poder absoluto sobre o governo, conseguiu-se concretizar seu plano de demolição dos direitos trabalhistas, com a absurda retórica de ser necessário flexibilizar as relações para criar novos empregos com a livre negociação entre trabalhadores e patrões.

Em seguida, o terceiro artigo analisado, publicado no ano de 2020, retrata também *A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil*, dos autores Saionara da Silva Passos e Márcio Lupatini. Nesse artigo, se tem uma certa continuidade e semelhança com o artigo anterior. É dividido em dois pontos que vão abordar, 1) as modificações promovidas pela reforma; 2) os efeitos no mundo do trabalho - empregos, relações e direitos trabalhistas.

O que se observa é o não cumprimento da proposta de diminuição do desemprego, através de novos empregos com a flexibilização das relações trabalhistas, ao contrário, além da expansão do desemprego, a flexibilização provocou uma limitação à justiça trabalhista. E, por consequência, a reforma trabalhista - como já se esperava - suprimiu os direitos

trabalhistas e retrocedeu as lutas das classes menos favorecidas, assim, expandindo as relações informais de trabalho.

O último artigo aqui analisado, refere-se, *A Escravidão Digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora*, de Clarissa Tenório Maranhão Raposo, publicada em outubro de 2020. Este artigo dispõe da nova morfologia no processo do trabalho, em que essa se apresenta por meio de novas estratégias de terceirização e flexibilização como, por exemplo, o setor de serviços que subordinam trabalhadores e os controlam por *smartphones*, provocando profundas consequências para a classe trabalhadora.

Além disso, relata que a lógica destrutiva do capital acarreta um adoecimento dos trabalhadores, fazendo com que o próprio Estado possibilite a regulamentação das flexibilizações. Mostra também que essas novas relações trabalhistas normalmente se dão pela baixa qualificação profissional, apresentando que por trás dessa relação contém uma diversificação nas precarizações, por meio de contratos flexíveis, engendrando em baixos salários e um agravamento das desigualdades sociais, exemplificando a uberização, que transfere todas as responsabilidades para o trabalhador como, por exemplo, os gastos com os veículos.

Dessa forma, articula a precarização com o desemprego e possibilita uma nova configuração no mundo do trabalho, gerando inúmeras consequências para a classe trabalhadora, sendo exemplo disso as práticas de assédio que acarretam no adoecimento do indivíduo. Conseqüentemente, com o aumento dessa modalidade, o papel do Estado se perde, ou seja, não cumpre com as suas funções de regulação e proteção do trabalho, legitimando a informalização por meio de contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e eliminando as proteções, garantias e direitos.

Enfatiza ainda que com todas essas metamorfoses desenvolvem-se ferramentas que intensificam a superexploração, por meio de novas formas de extração do trabalho excedente com baixos pagamentos. Conclui que tudo isso acarreta um individualismo, competitividade e que dificulta as articulações sobre os problemas vivenciados no âmbito do trabalho, tendo por consequência a união política em sindicatos, associações representativas, conselhos, entre outros. Em suma, impõe a precarização e a superexploração da força de trabalho em prol dos interesses do capital.

2.3.2 – ARTIGOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Criada em 1979, a revista Serviço Social e Sociedade, publicada pela Editora Cortez, possui uma política editorial em dar espaço para a produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais e outros profissionais de áreas similares. Foi criada no período que coincide com o fim da ditadura militar e se fez presente nas mobilizações e movimentos sociais que buscavam liberdade democrática, lutando contra a ditadura. Seu periódico possui maior referência para pesquisadores, professores, estudantes e profissionais, já que abrange áreas de interesse em ciências sociais aplicadas e ciências humanas, sendo que seus debates são nacionais e internacionais. Tem como objetivo contribuir com o debate, o estudo crítico e analítico da teoria social acerca, preferencialmente, da realidade brasileira e latino-americana. Possui periodicidade quadrimestral e suas publicações se dão pela plataforma *SciELO*.

O primeiro artigo que será analisado é *O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade*, publicado em 2012 e escrito por Tereza Cristina Santos Martins. A autora demonstra como as transformações no mundo do trabalho atingem a classe trabalhadora como um todo, sendo que as novas precarizações não afetam da mesma forma pessoas brancas e negras. Com isso, debate as desigualdades dessa população no contexto das informalidades e da superexploração da força de trabalho, utilizando de indicadores das desigualdades raciais para identificar a desigualdade do trabalhador negro no âmbito do mercado de trabalho no Brasil.

Em suma, busca apreender as consequências das novas configurações de produção e subordinação do trabalho ao capital, demonstrando como afeta de forma intensa a classe trabalhadora negra. Isso se dá pelas particularidades do contexto social brasileiro, no qual tem raízes com a escravidão e, conseqüentemente, na permanência do racismo no país, associando a superexploração e o racismo, tendo como resultado aos trabalhadores negros com uma maior precarização, desempregados e/ou em ocupações/empregos informais.

O segundo e último artigo foi publicado em 2014 por George Francisco Ceolin e dispõe sobre a *Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social*. Tem como objetivo analisar impactos das transformações na sociedade entre os séculos XX e XXI na particularidade da profissão Serviço Social. Assim, traz as determinações da alienação do trabalho na atividade profissional, enquanto profissão que também está inserida na divisão

social do trabalho coletivo no processo de reprodução das relações sociais, com as suas especificidades da precarização do trabalho e das expressões da “questão social” por meio do fetichismo e alienação em tempos de crise do capital.

O que Ceolin retrata é como o capitalismo se reinventa no seu curso histórico com o objetivo de superacumular, elaborando estratégias voltadas ao seu interesse e tencionando a fragmentação da classe trabalhadora, a informalidade e o desemprego estrutural. Logo, tais estratégias transformam o mundo do trabalho como um todo, em específico, no âmbito da produtividade, afetando as formas de gestão das forças de trabalho e, por consequência, as políticas sociais.

Assim, essa precarização afeta também os profissionais do Serviço Social, através das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão submetidos a contratos precários - terceirização ou subcontratos - e, por consequência disso, perdendo sua autonomia e afetando suas estratégias profissionais, comprometendo sua atuação. As demandas apresentadas aos assistentes sociais que são manifestações das contradições das classes dominantes, surgem como expressões da “questão social” e interferem em todo seu exercício profissional.

Em um contexto com a regressão dos direitos e proteção trabalhista e social, vê-se o desafio dos assistentes sociais em exercer seus princípios e diretrizes. Exige-se, atualmente, o comprometimento dos profissionais, fundamentado em referenciais teóricos que possibilitem uma atuação generalista. Assim, se faz necessário a articulação do projeto ético político como projeto profissional

Concluindo as observações e análises sobre os artigos, evidencia-se o que já fora abordado ao longo deste trabalho sobre as transformações no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora como um todo - e com base nos artigos e no recorte feito, no Brasil a população negra é a mais afetada por essas metamorfoses. O que se pode apreender através das sucintas análises sobre os artigos tendo como similaridade é como o capital em busca de elevar (ou retomar) suas taxas de lucros destruíram os direitos sociais e trabalhistas com a legitimidade do Estado de forma – quase e aparentemente - irreversível.

E como uma possibilidade de reação da classe trabalhadora, aqui é mencionado a reorganização da classe trabalhadora que vive do trabalho de forma geral através de associações e sindicatos, já que apenas com sua movimentação e indo contrariamente a esse sistema feito para o adoecimento e a sucumbência dos trabalhadores, pode-se ter uma

possibilidade de mudança, sendo por meio de um novo projeto societário. Elucidado isso, direcionamos para as considerações finais deste trabalho para objetivar tudo que foi estudado até aqui

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar, a partir de um referencial teórico crítico, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho no Brasil, na tentativa de apreender os determinantes que engendraram tantas precarizações, desde a formação da classe trabalhadora brasileira até os dias atuais. Conta também com uma pesquisa quali-quantitativa que analisa artigos sobre a temática em um período de - aproximadamente - dez anos (2012-2021). A expectativa é que possa contribuir para outras pesquisas e, principalmente, ser - de alguma forma - material informativo para quem se interessa pela temática e, sobretudo, para aqueles que vivenciam e são objetos de estudo deste trabalho, ou seja, a classe trabalhadora que vive do trabalho.

Sendo o trabalho transformador/causador das relações sociais e da própria sociedade e parte fundante das reproduções humanas, logo, são por meio das metamorfoses que o homem transforma a si próprio e, também, o próprio sistema em que vive. Com as necessidades postas pelo desenvolvimento da sociedade, o trabalho perde sua característica inicial de satisfação das necessidades materiais básicos, e vai se modificando, tornando-se um processo que tem a finalidade de satisfazer as vontades humanas. Nos dias atuais o trabalho virou a base das atividades econômicas que tem como objetivo a produção de mercadorias e a constituição do valor e da riqueza social, ou seja, se estabelece como ponto central para a acumulação capitalista. Um elemento importante, é como essas relações se dão nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O Brasil possui um capitalismo dependente, logo, é um país subdesenvolvido. Essa relação se deu desde sua formação e, através disso, é possível reconhecer suas particularidades e entender a contextualização e a caracterização das classes sociais (classe dominante e classe trabalhadora).

Com a contextualização do trabalho e a formação da classe trabalhadora brasileira, é válido enfatizar a intencionalidade do capitalismo em destituir a classe trabalhadora, não se responsabilizando por ela e engendrando estratégias para objetivar a superexploração dos trabalhadores por meio da fragmentação, flexibilização e da informalidade como, por exemplo, terceirização, uberização, teletrabalho, *crowdsourcing* (trabalho amador) e, também, com o discurso do empreendedorismo de si. E, juntamente, com o desemprego estrutural, estabelece meios que precarizam a força de trabalho e usa desses meios para gerar ameaças e

insegurança aos trabalhadores, forçando-os à submissão. Todas essas precarizações são legitimadas pelo Estado - todos os governos brasileiros, sem exceção, historicamente se apresentaram como representantes do Estado burguês - que favorecem o capital e se colocam contrários aos direitos sociais e trabalhistas, flexibilizando as relações de trabalho e dando aval para a superexploração, compactuando com contratações frágeis e sem nenhum vínculo empregatício, através de (contra)reformas que afetam diretamente a classe trabalhadora.

Os governos brasileiros assumem um papel de governos das classes dominantes, incorporando um projeto econômico e societário que favorece o capitalismo, a burguesia e, contrariamente, contribuem para a eliminação da seguridade social e trabalhista. Desde sua formação enquanto república, perseguem a classe trabalhadora - independente da forma que ela se configura -, através de coerções e ataques a associações e sindicatos. A lógica que se mantém até os dias atuais é a desarticulação dessas entidades para o não reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe. Com isso, se tem uma organização precária da classe trabalhadora, o que limita suas mobilizações. Apesar dos inúmeros esforços da classe dominante de dominação, a sociedade vem se articulando e reivindicando seus direitos sempre que possível - de fato, na atualidade, a classe trabalhadora se vê restrita -, mas são colocadas várias exposições das suas insatisfações, por meio de manifestações, greves etc.

Percebe-se nesse estudo, que dentre os sujeitos que integram a classe trabalhadora, os mais precarizados são as mulheres, especialmente, mulheres negras - como relatam os artigos das revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade*. Sem poder aprofundar na questão de gênero e raça/etnia, enquanto divisão sociosexual e racial do trabalho, espero que este trabalho contribua como ponto de partida para tal elucidação. Ademais, cita brevemente a pandemia do Covid-19 que, da mesma forma, não se pode aprofundar por falta de arcabouço teórico e por se tratar de um fato recente. Mas, já pode-se constatar seus impactos no mundo do trabalho e nas relações sociais e trabalhistas, além de considerar como os grandes capitais vão incorporar sua lógica a esse processo destrutivo. Com, atualmente, 11,9 milhões de desempregados no Brasil, além de quase 39 milhões (segundo dados do IBGE) que exercem funções informais como única opção empregatícia, observa-se a degradação em curso que a classe trabalhadora está sujeita, tudo isso num período catastrófico devido às condições em que se encontra.

Por fim, o estudo desse trabalho analisou - por meio de pesquisas bibliográficas - as transformações no mundo do trabalho, exemplificando algumas precarizações, percebendo

como estas estão sendo impostas e planejadas pelo capitalismo, a fim de subordinar a classe trabalhadora a sua lógica destrutiva em busca de elevar seus lucros, enquanto contrariamente, superexplorar sem limites os trabalhadores, tornando-os substituíveis. Neste trabalho, demonstrou-se apenas algumas das informalidades a que estão sujeitos, compreendendo que sem uma efetiva reorganização da classe trabalhadora (de forma geral) e do reconhecimento enquanto classe trabalhadora que vive do trabalho, não será possível modificar essa estrutura.

Assim, finaliza-se esta redação monográfica, porém, esperamos que esta pesquisa seja continuada com intuito de impulsionar pesquisas e provocar inquietações contrárias a esse sistema societário elaborado para o deterioramento da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just in time*** In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Capítulo 2: Dimensões da crise estrutural do Capital, e Capítulo 3: As respostas do capital à sua crise estrutural: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho.
In: ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed.; São Paulo; Boitempo, 2009 (páginas 31-48).

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo : 2020a.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* . São Paulo: Boitempo , 2020b.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012 [1978].

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2016.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Entenda os 10 piores pontos da reforma da Previdência de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/entenda-os-10-piores-pontos-da-reforma-daprevidencia-de-bolsonaro-99fe>> Acesso em: 5 mai. 2022.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e no Serviço Social**. *Ser. Soc. Soc.* n. 118, p. 239-264, jun./2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt>> Acesso em: 14 mai. 2022.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos/Emília Viotti da Costa**. - 6.ed. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (biblioteca básica)

COSTA, I. de S. A. da. (2013). **Controle em novas formas de trabalho: teletrabalhadores e o discurso do empreendedorismo de si**. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(3), 462 a 474. Recuperado de <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/11655>>

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 35-55, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 15 mai. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5º ed. – São Paulo: Globo, 2005 [1975]. – Cap. 5
_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1972]– Cap. 1

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: conheça ponto a ponto o texto que será enviado para votação no plenário da Câmara. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/reforma-da-previdencia-conheca-ponto-aponto-o-texto-que-sera-enviado-para-votacao-no-plenario-da-camara.ghtml>> Acesso em: 5 mai. 2022

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em: 6 mai. 2022.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>>. Acesso em: 27 mai, 2022.

LUKÁCS, George. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. p. 1-25. (Em manuscrito "in: "Termas" v.4"). 1978. Disponível em: <<http://acervo.if.usp.br/index.php/as-bases-ontologicas-do-pensamento-e-da-atividade-do-ho-mem>>

MANDEL, Ernest. Capítulo 12: A expansão do Setor de Serviços, a “Sociedade de Consumo” e a Realização da Mais-Valia. In: MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. Coleção Os Economistas; São Paulo: Abril Cultural, 1982 (páginas 265-286).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Ser. Soc. Soc.**, n. 111, p. 450-467, set/2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/198202592018v21n3p484/37963>.> Acesso em: 14 mai. 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I. São Paulo; Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I. São Paulo; Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; **MANIFESTO COMUNISTA**. 1. ed. São Paulo; Boitempo, 2010.

MATOS, Marcelo Badaró. Cap. 1, 2 e 3. In: **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo; Expressão Popular, 2009

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Capítulo 1: Trabalho, sociedade e valor. In: NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª Ed. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social São Paulo: Cortez, 2012 (páginas 41-65).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Capítulo 5: A acumulação capitalista e o movimento do capital. In: NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª Ed. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social São Paulo: Cortez, 2012 (páginas 137-154).

PASSOS, S. D. S; LUPATINI, Márcio. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 1, p. 132-142, abr./2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/198202592020v23n1p132/42526>.> Acesso em: 14 mai. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 484-503, nov./2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/198202592018v21n3p484/37963>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

RAPOSO, C. T. M. A Escravidão Digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora.. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 510-518, out./2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/198202592020v23n3p510>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. **Passado, Presente e tendências para o Futuro das Lutas Sindicais no Brasil**. *Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 166-175, jan./2022.

SILVA, M. A. D. Os reflexos da crise econômica sobre os direitos trabalhistas no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 2, p. 252-272, ago./2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br//ssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt>>. Acesso em: 14 mai, 2022.

SILVA, M. L. L. D. **Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro**. 131. ed. São Paulo: Serv. Soc. Soc., 2018. p. 130-154.

TAVARES, Maria Augusta. **O empreendedorismo à luz da tradição marxista**. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121.

_____. **O trabalho informal e sua suposta autonomia: uma modalidade flexível de exploração**. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2015, pp. 39-58.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Tradução de Lígia Osório da Silva. 1998.